

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 255.1.54.O

DATA: 21/09/11

TURNO: Noturno

TIPO DA SESSÃO: Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 18h31min

TÉRMINO: 23h01min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 255ª Sessão, em 21 de setembro de 2011

Presidência dos Srs.:

Marco Maia, Presidente.

Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente.

**Benedita da Silva, Amauri Teixeira, § 2º do art.
18 do Regimento Interno.**

ÀS 18 HORAS E 31 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Marco Maia

Rose de Freitas

Eduardo da Fonte

Eduardo Gomes

Jorge Tadeu Mudalen

Inocência Oliveira

Júlio Delgado

Geraldo Resende

Manato

Carlos Eduardo Cadoca

Sérgio Moraes



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 504 Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 502 Sras. Deputadas e Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deixo abrir o painel? (*Pausa.*)

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Abrir o painel com as orientações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com as devidas orientações.

Por favor, a orientação dos votos.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O Item 1 da pauta é o destaque dos Democratas, que propõe a votação em separado do art. 16, do substitutivo ao PLP 306, de 2008, para suprimi-lo.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A orientação é “sim” para o PT e “não” para o restante dos partidos.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Liberação para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - E liberação para o Governo.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois, não.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, queria pedir a anuência, a concordância de V.Exa. Eu gostaria que fizessem parte integrante do meu discurso na sessão anterior os dados que eu apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Farão parte.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Quero lembrar a V.Exas. que, para aprovar o texto, são necessários 257 votos favoráveis.



O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Relator da matéria, o Deputado Pepe Vargas, que fez um trabalho muito importante.

Parabéns, Deputado Pepe Vargas.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Lembro que nós temos dois pontos para votação ainda: o projeto que trata do aviso prévio proporcional e o projeto que trata da Comissão da Verdade.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ia fazer uma menção no momento da orientação da bancada, mas achei por bem fazer depois.

Passou próximo à Mesa o Cabo Daciolo, um dos líderes do movimento do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, que esteve nesta Casa com mais 400 homens. A propósito, V.Exa. participou ativamente na anistia dos bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. **O** Cabo Daciolo está na Casa, já passeou pelo plenário e está presente em Brasília. Esse grande líder, embora tenha sido tremendamente injustiçado numa terrível ignomínia contra ele no Estado do Rio de Janeiro, manteve-se firme, fiel aos seus costumes e à sua tropa, com toda a competência e toda a honestidade possível.

Portanto, quero fazer menção ao Cabo Daciolo, que foi um grande herói no Estado do Rio de Janeiro em relação à anistia dos bombeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço à bancada do Partido dos Trabalhadores que compareça ao plenário para votar “sim”, com a orientação da nossa bancada, e que permaneça no plenário, porque haverá votação nominal para a criação da Comissão da Verdade. Em seguida, teremos, como V.Exa. mencionou, a regulamentação do aviso prévio.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O projeto referente ao aviso prévio tem que ser votado antes, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Está bem, Sr. Presidente.



O SR. JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, convido os membros da Frente Municipalista...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O Presidente está falando, pelo amor de Deus! Muito obrigado.

Deixem-me explicar a V.Exas. o seguinte. Primeiro, nós precisamos votar o projeto referente ao aviso prévio, porque, antes do projeto relativo à Comissão da Verdade, é preciso haver a votação do requerimento de urgência. Portanto, ele não é uma matéria que está na pauta. O requerimento ainda está sobre a mesa.

Nós não poderemos convocar sessão extraordinária apenas para votar o requerimento e o projeto da Comissão da Verdade. Portanto, temos que votar primeiro o projeto do aviso prévio e na sequência o projeto da Comissão da Verdade.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Por isso, peço a permanência, nesta noite, da bancada do Partido dos Trabalhadores para esta votação muito importante para o País.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu vou chamar os Deputados, de acordo com a lista de inscritos que aqui está, para fazerem uso da palavra.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente. Deputado Afonso Hamm. Eu só queria fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um pouquinho, Deputado.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Duarte Nogueira, para fazer uso da palavra.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria, em nome da bancada do PSDB, pedir aos nossos Deputados que venham ao plenário para votar “não” à criação desse imposto e fazer duas justas referências.

Primeiramente, faço referência ao ex-Ministro Adib Jatene, que, ainda no período do Presidente Itamar Franco, com o apoio da população brasileira e do Congresso Nacional, conseguiu aprovar o Imposto de Movimentação Financeira numa gravíssima crise fiscal, para que o País pudesse dar um alento à saúde nacional.

Outra referência faço ao Ministro José Serra, que, com criatividade e competência, foi aos fóruns internacionais de saúde; defendeu a saúde brasileira; quebrou patentes, ou iniciou o trabalho de quebra de patentes, para a criação dos genéricos em seguida; realizou os mutirões da saúde; e até hoje é lembrado pela população brasileira pelo grande trabalho que fez na saúde do Brasil.



O SR. AFONSO HAMM - Estou inscrito, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Fernando. *(Pausa.)*

Deputado Lúcio. *(Pausa.)*

Deputado Sibá Machado. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, quem sabe o senhor utilize quem está ao microfone aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Não, não. Tem que ser pela lista, porque está cheio de gente ao microfone. Vamos passar mais tempo aqui.

O SR. AFONSO HAMM - Estou aguardando.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Sibá Machado. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

Estou inscrevendo o Deputado Afonso Hamm. Quem quiser falar venha inscrever-se.

O SR. JONAS DONIZETTE - Deputado Jonas Donizette, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, só para fazer uma prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vou encerrar a votação daqui a pouco.

O SR. SIBÁ MACHADO - Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está com a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado. Gostaria de fazer uma prestação de contas da viagem que fiz ao Peru, autorizado que fui por V.Exa.

Fomos recebidos em diversas universidades, uma delas a Universidade San Marcos, a mais antiga das Américas, tendo recebido o Prêmio Nobel. Fomos recebidos, é claro, pelo Embaixador do Brasil, Carlos Alfredo; pela Câmara de Comércio do Peru; pelo Presidente do Congresso daquele país; pelo organismo que realiza a receita federal no Peru.

Entre outras coisas, houve a presença das universidades brasileiras. Pudemos trazer várias propostas de convênios na área de pesquisa entre os dois países.

Vai haver um seminário em Rio Branco, para tratarmos da integração ferroviária, que está saindo do Rio de Janeiro até a cidade de Porto Velho, em Rondônia, e a ferrovia que está saindo do litoral peruano em direção ao Acre.



Queremos participar desse seminário com o Deputado Pedro Uczai, nosso Presidente da Frente Parlamentar.

Está prevista a vinda do Presidente do Congresso peruano ao Brasil no mês de novembro, que, com certeza, fará uma visita a V.Exa.

Quero agradecer em nome do Grupo Parlamentar Brasil/Peru. Fomos muito bem recebidos pela nossa Embaixada, e até pude cumprimentar e abraçar o Presidente Ollanta Humala durante solenidade em comemoração ao 7 de Setembro, data da independência do nosso País.

Que daqui para frente possamos estreitar ainda mais a boa relação entre Brasil e Peru, avançando no MERCOSUL, avançando na UNASUL, e principalmente ter o nosso Estado do Acre como epicentro da integração entre os dois países. Esperamos que daqui para frente se estreitem ainda mais as nossas relações.

E, como disse o Presidente Lula, não podemos ficar como o Brasil ficou, sempre de costas para seus vizinhos, especialmente para os mais pobres.

Então, daqui para frente, o Brasil fará um esforço sobre-humano para ser um país cada vez mais integrado aos seus vizinhos, fazendo disso uma boa experiência para se viver no resto do mundo.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para fazer uso da palavra, Deputado Roberto Freire. (*Pausa.*) Abre mão.

Para fazer uso da palavra, Deputado Onyx Lorenzoni.



O SR. ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, queria apenas declarar meu voto, porque machuquei o dedo e não estou conseguindo votar.

Então, declaro meu voto “não”, com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está registrado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para fazer uso da palavra, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, este é realmente um momento importantíssimo.

Volto ao tema. Estamos com o voto da maioria dos Parlamentares que está neste momento expressando sua posição, atendendo à orientação das bancadas, pela retirada da base de cálculo da nova CSS, que seria uma nova CPMF. Com isso, confiamos que vamos sepultar essa nova tentativa de aumentar a carga tributária no Brasil.

Nós temos que nos dar conta absoluta de que houve, no ano de 2007 para 2008, a modificação da forma como se obtinha o PIB brasileiro.

E por que houve uma alteração, àquela época, na fórmula do IBGE? Para impedir que o Brasil hoje, pela fórmula de cálculo anterior, tivesse uma carga tributária de 40% do PIB. Hoje os estudiosos falam em algo em torno de 36% do PIB. Na verdade, se olharmos como era feito o cálculo anteriormente, esse valor é muito superior.

O Governo bate recordes de arrecadação. Mas governar é fazer escolhas. A escolha deveria ser a de recursos para a saúde, para que não tivéssemos mais as emergências hospitalares lotadas no inverno porque é frio, ou no verão porque é calor. Nós não podemos mais ter a espera pelo atendimento de especialistas porque a ficha do oftalmologista ou a ficha do neurologista vai ser para daqui a 6, 7 meses ou daqui a 1 ano. As doenças não esperam.



E o Governo do Partido dos Trabalhadores chegou ao poder dizendo que melhoraria a saúde. Pois não mudou nada! Não há mais recursos. O Governo não melhorou a gestão.

Aliás, o próprio Governo e seus representantes reconhecem a má qualidade do atendimento de saúde no Brasil.

Quando vêm aqui para discutir saúde, dizem: *“Muito há que ser feito”*. Mas, muito bem, estão há uma década governando o Brasil e por que não fizeram? Porque escolheram outros caminhos, são outros os interesses do Governo.

Não é possível que, no contexto latino-americano, a Argentina, o Chile, outros países invistam mais em saúde *per capita* que o Brasil. Não é razoável que isso aconteça. Por isso, não há nenhuma razão, Presidente Marco Maia, para que se dê a condição de o Governo do Partido dos Trabalhadores aumentar ainda mais a carga tributária, sangrar ainda mais o bolso do trabalhador ou a bolsa da trabalhadora brasileira.

Em última análise, neste País tributa-se o salário e não a renda. Na verdade, este é o País dos impostos escondidos, este é o Brasil. Essa CSS seria mais um imposto escondido para tomar dinheiro do trabalhador.

O Democratas manteve uma posição firme e coerente que se iniciou na luta para derrubar a CPMF em 2007, e que se manteve em 2008 para evitar a CSS. Hoje nós estamos definitivamente sepultando esse imposto, a favor do povo brasileiro e buscando mais recursos, com justiça, para a saúde da população.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem alguém votando ainda? *(Pausa.)*

Vou encerrar.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está inscrito, mas nós vamos agora tocar a Ordem do Dia. V.Exa. está inscrito. Quando tiver tempo, V.Exa. vai falar.

Vou encerrar a votação.

Peço a V.Exas. que permaneçam em plenário, porque teremos mais votações hoje.

Mais alguém? Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

Vou esperar o Deputado Camilo Cola votar. V.Exa. pode votar, Deputado.
(Pausa.)

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado, não, ex-combatente. Herói que combateu na Itália. Um dos nossos heróis que ajudou na Tomada de Monte Castelo, um dos heróis vivos desta Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem, Deputado Bolsonaro.

Já vi que V.Exa. não arredou o pé do plenário hoje.

O SR. JAIR BOLSONARO - Não. Eu estou de plantão hoje aqui, sobre a urgência, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que me dê a palavra no momento oportuno, por favor, porque talvez eu tenha bons argumentos, e V.Exa. vai até gostar, para que possamos fazer um debate bastante...



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado: “sim”, 76; “não”, 355; “abstenções”, 4. Total: 435.

ESTÁ REJEITADO O TEXTO DO ART. 16.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos
a seguinte

REDAÇÃO FINAL



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação da regulamentação da Emenda 29 permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria retorna ao Senado Federal. (*Palmas.*)



O SR. ABELARDO LUPION (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, só que quero que o meu voto seja considerado...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Será considerado, Deputado.

O SR. ABELARDO LUPION - Obrigado a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Estão de parabéns todos os Deputados e Deputadas.



O SR. GENECIAS NORONHA (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, as Prefeitas e os Prefeitos brasileiros não vão esquecer este momento, graças ao Presidente Marco Maia que teve a coragem de cumprir o compromisso, em que este Plenário resgata a dignidade do municipalismo do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado, Deputado Cajado.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Um imposto a menos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quem criou e derrubou a CPMF foram o Democratas e o PSDB.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Um imposto a menos agora para confiscar o povo brasileiro. É um imposto a menos.



O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o meu partido na votação anterior.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o partido na votação anterior.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PDT na votação anterior.



O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agora vamos recuperar no Senado os 10% equivalentes à receita bruta. O Senado vai recuperar o seu projeto sábio de 30 bilhões para a saúde.

Parabéns, Câmara!



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marco Maia, queria cumprimentar V.Exa. porque a previsão de votação desse projeto era na próxima semana. V.Exa. bancou a antecipação de uma semana e dá à sociedade brasileira a resposta de que esta Casa está preocupada com a saúde de todos os brasileiros.

Parabéns, Presidente Marco Maia.



O SR. CAMILO COLA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme orientação do partido.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Eliseu Padilha votou com seu partido na votação anterior.

Obrigado.

O SR. HOMERO PEREIRA (Bloco/PR-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com orientação do partido.



O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Maia, não consegui registrar o meu voto...

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero parabenizar o Presidente Saraiva Felipe...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um pouquinho, Deputado. O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame está usando a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e dizer que peço para registrar o meu voto, junto com o nosso partido. Na hora de votar, por uma falha, pela primeira vez, não consegui registrar o voto. A mesa recusou o aperto, a identificação do polegar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.



O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria registrar e lhe cumprimentar, Presidente Marco Maia, cumprimentar a Câmara Federal pelo esforço. Uma pauta de 11 anos, e votamos para regulamentar e dar condição de dignidade, porque a dignidade começa por dar saúde à população, àqueles que mais precisam. E efetivar uma condição sem agregar impostos, sem CPMF, sem a CSS, aliás, chamada contribuição sem sentido.

Portanto, é uma grande vitória deste Congresso.

Obrigado.



O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer e cumprimentar esta Casa pela expressiva votação, pela grande vitória que teve com a Emenda 29. Cumprimos o nosso papel. A bancada da saúde está aqui, Deputado Perondi, Deputado Ananias, Deputado Saraiva Felipe, todos os ex-Secretários. Nós somos 12 ex-Secretários Estaduais da Saúde que cerraram fileiras vindo do CONASS, companheiros do CONASEMS também. E estamos muito felizes em poder comemorar hoje essa grande vitória.

A emenda será melhorada e aperfeiçoada no Senado, sem dúvida nenhuma. Vamos estar juntos acompanhando lá também.

A saúde brasileira, pela primeira vez na história, tem uma regra de financiamento e, a partir dessa regra, vai melhorar os recursos e os avanços que ela vai proporcionar.

Então, estão todos de parabéns. Eu quero agradecer ao Líder Henrique Eduardo Alves pela postura firme. A bancada toda comprometeu-se a votar a Emenda nº 29, e o Líder traduziu isso com os discursos mais emocionantes que eu vi sobre essa questão da luta pela saúde.

Então, está todo mundo de parabéns, e o Presidente também, por ter colocado a matéria em votação.

Presidente Marco Maia, nosso reconhecimento pela grande vitória e pela coragem.

Muito obrigado.



O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução firme que V.Exa. está tendo por diversas matérias.

Quero parabenizar o Presidente da Comissão de Seguridade Social, Deputado Saraiva Felipe, e todos os membros da Comissão da Seguridade Social — Deputados Osmar Terra, João Ananias, Rogério Carvalho, Deputadas Benedita da Silva, Jandira Feghali —, toda minha bancada pelo compromisso. Apesar de divergirmos em relação à base, tínhamos o compromisso fechado. A bancada da Saúde, da Seguridade fechou a favor da Emenda nº 29.

Todos nós estamos de parabéns.



O SR. RIBAMAR ALVES (Bloco/PSB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei conforme orientação do partido.

O SR. ANTONIO BALHMANN (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu voto não foi consignado.

Gostaria de consignar meu voto “sim”, com o partido.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei “sim”, com o Partido da República.



O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprir um dever. Esta Casa hoje realizou o que queria. Essa matéria estava aguardando há quase 2 anos a oportunidade de ser votada em respeito à saúde deste País. E sei a dificuldade que V.Exa. enfrentou; sei os argumentos que V.Exa. venceu.

Então, quero prestar, em nome do PMDB, uma homenagem a V.Exa., pedindo à Casa uma salva de palmas pela atitude do Presidente Marco Maia.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Sr. Deputado, quero apenas aproveitar a oportunidade, nas palavras do Deputado Henrique Eduardo Alves, para dizer que, na verdade, estão de parabéns o Parlamento brasileiro, nossos Líderes, os Deputados e as Deputados que unanimemente apontaram o caminho que este Presidente deveria seguir, ou seja, o de pautar a votação dessa matéria.

Isso demonstra um sentimento, primeiro, de clareza política de todos os nossos Parlamentares com o tema da saúde, sabendo que a saúde precisa ter um atendimento diferenciado por parte dos governantes, portanto, deste Parlamento. Segundo, também uma clareza de que este é um Parlamento independente, autônomo, que tem um papel a cumprir na sociedade, representando os interesses maiores do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Com esta votação, o Parlamento reafirma seu papel, sua independência e sua autonomia. Portanto, quero transmitir a todos as homenagens que V.Exas. fazem a



mim. Na verdade, essas homenagens são a todos os Líderes e a todos os Deputados desta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. ANTONIO BALHMANN (Bloco/PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei “não”, com o partido.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Salvador Zimbaldi votou “não” com o partido.

O SR. ELEUSES PAIVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós teremos mais votações nominais. A partir de agora, quem não votou na votação anterior pode votar nas outras votações.



O SR. ELEUSES PAIVA (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar como ex-Presidente da Associação Médica Brasileira e também como Deputado, depois de 11 anos de uma longa batalha que nós tivemos em via do financiamento de saúde, o que temos hoje aprovado. Mas queria trazer aqui, Sr. Presidente, a satisfação de todos nós do Bloco da Saúde com a condução que V.Exa. teve à frente do Parlamento.

O Presidente da Associação Médica Brasileira hoje aqui em Brasília me pede para dizer a V.Exa. que quer recebê-lo na Associação Médica do Rio Grande Sul, para prestar-lhe uma homenagem pela condução transparente e pela firmeza que teve V.Exa., para vermos aprovada a Emenda nº 29 neste Parlamento. Encaminharemos agora a matéria ao Senado Federal, onde haverá uma nova luta.

Portanto, parabéns a V.Exa, Sr. Presidente. Parabéns à bancada do partido Democratas, autor deste destaque, e parabéns a todos os Parlamentares presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado.



O SR. MOREIRA MENDES (Bloco/PPS-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para justificar. Eu não pude comparecer à votação, mas quero dizer que sou contra o imposto e votaria de acordo com a orientação do meu partido na questão da Emenda 29.



O SR. JOÃO ANANIAS (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só um registro, que acho profundamente justo. Primeiro, já foi dito sobre o papel e a coragem que V.Exa. teve aqui, mas nós temos que destacar também o papel da Frente Parlamentar da Saúde. São aproximadamente 290 Parlamentares engajados — o Deputado Perondi, aqui presente, o nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social, Deputado Saraiva Felipe, e todos os Secretários Estaduais e Municipais.

Esta é uma conquista de todos: é uma luta do Brasil. É claro que ela não representa a panaceia que nós, muitas vezes, aqui falamos e desejamos, mas é o primeiro passo, destravando esse processo da saúde, que mobiliza não só o Parlamento, mas também a sociedade brasileira para que consigamos no Senado Federal os avanços necessários.

Parabenizo V.Exa e os membros da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, muito obrigado.



A SRA. BENEDITA DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu quero também fazer uma homenagem à Comissão de Seguridade Social e Família, à Frente Parlamentar da Saúde, aos Deputados Saraiva Felipe e Darcísio Perondi pelo trabalho, pela força que fizeram para que essas propostas fossem aprovadas aqui na Casa.



A SRA. BENEDITA DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, Sr. Presidente,...

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Srs. Deputados, eu vou passar à frente.

Nós temos mais votações a fazer.



O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, votei com o partido na votação anterior.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós temos que realçar a posição firme de V.Exa. Temos que reconhecer isso.

Mas precisamos alertar toda a sociedade brasileira que nós desobstruímos o caminho.

Esperamos que o Senado Federal, neste momento, dê continuidade e não espere mais 3 anos para termos, aí, sim, um financiamento à altura para a saúde.

Até o momento está mantida aquela base de cálculo. Ou seja, do ano anterior e mais a variação do PIB nominal.

O que nós queremos, sim, aprovados no Senado, são os 10%, com o acréscimo de mais 35 bilhões de reais.

Então, a comemoração de hoje é porque nós conseguimos derrubar mais um imposto que queriam criar. Desobstruímos para que essa matéria entre em votação no Senado Federal e aí tenhamos uma nova fonte de financiamento da saúde no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, Deputado Marco Maia,...

O SR. ONYX LORENZONI - Quero, em nome da bancada,...

O SR. FERNANDO FERRO - Sr. Presidente,...



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Agora nós vamos passar para a votação da próxima matéria que é importantíssima para milhões de trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil, que espera também uma ação afirmativa por parte deste Parlamento.

Quando nós estivermos votando a próxima matéria, eu abro a palavra para que V.Exas. possam falar sobre o tema, ainda, da Emenda 29.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente

Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência urgentíssima para a apreciação do Projeto de Lei nº 3.941, de 1989 (...).”

Assina o Líder do PSDB, Duarte Nogueira, e vários líderes partidários.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, qual é a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É o projeto do aviso prévio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - APROVADO O REQUERIMENTO.



O SR. ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas uma observação, por questão de justiça — e V.Exa. vai compreender. Esse projeto deu entrada no Senado Federal em 1989, de autoria do ex-Senador Carlos Chiarelli, seu conterrâneo, como meu.

Eu acho que é uma questão de justiça que isso seja lembrado neste momento, quando devemos aprovar, por unanimidade, esse projeto aqui na Câmara. Ele vai fazer justiça, estabelecendo um prazo de agregação ao aviso prévio. Vai tratar ainda com mais respeito, dignidade e atenção todos os trabalhadores brasileiros.

Então, eu quero lembrar a iniciativa e saudar o ex-Senador Carlos Chiarelli, do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.



O SR. ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei de acordo com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Sobre a mesa o segundo requerimento, no seguinte teor:

“Sr. Presidente

Requeiro, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência urgentíssima para a apreciação do Projeto nº 7.736, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.”

Assinado pelo Deputado Brizola Neto e vários Líderes.



O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós estamos votando a urgência, não estamos votando o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Não. A urgência primeiro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço verificação e peço para encaminhar também.

O SR. RONALDO CAIADO - Nós estamos votando a urgência agora e depois o mérito ou a urgência hoje e depois nós votaremos o mérito em outra sessão?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós vamos votar a urgência agora. O acordo que nós firmamos aqui entre todos os Líderes partidários, Deputado Ronaldo Caiado, é que nós vamos votar a urgência e o mérito desses dois projetos no dia de hoje.

Sobre o aviso prévio nós vamos votar o projeto aprovado no Senado, da forma original que veio do Senado. Vamos aprovar o que veio do Senado. Há um acordo entre todas as Lideranças. Consultei os Deputados ligados aos trabalhadores, Deputados ligados ao setor empresarial. Enfim, consultando todos, ficou entendido que nós vamos votar esse projeto.

No projeto da Comissão da Verdade há um acordo para que a gente faça a votação dele também no dia de hoje, com a votação de um destaque apresentado pelo Democratas de forma nominal. Então, ele terá votação também no dia de hoje.

O SR. JAIR BOLSONARO - Eu queria pedir nominal, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO - Então, há o entendimento de que a votação será nominal?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nominal, do destaque.

O SR. RONALDO CAIADO - Do destaque.



O SR. JAIR BOLSONARO - Eu pedi nominal, urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não. Nós vamos fazer a votação.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma questão de ordem com base no art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Questão de ordem, pois não.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta questão é muito importante, porque, a despeito de entendermos a necessidade de se debater bem e votar essa matéria, o fato de se aprovar aqui a urgência implica, claro, uma aceleração da tramitação e a impossibilidade de Comissões examinarem a matéria e acolherem emendas como temos.

Então, eu queria nessa questão de ordem indagar de V.Exa.: que possibilidades temos para que essas emendas venham à discussão? Queremos argumentar sobre elas e apelar aos Líderes partidários para que garantam aquele número regimental de um quinto do Parlamento para que as nossas emendas, que querem dar mais força ainda à Comissão da Verdade, da justiça e da memória, possam ser apreciadas por este Plenário, em nome da democracia, da justiça, da memória.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado, é o rito normal. O Relator vai ter que ler o seu relatório, vai dizer se acata ou não as emendas que foram apresentadas. Depois, nós vamos ter o prazo para a discussão e segue o rito de uma votação de um projeto normal.

O SR. CHICO ALENCAR - Fica, então, o acordo proposto aos Líderes, para que endossem essas emendas para a discussão, liderados aqui por Luiza Erundina, Ivan Valente e outros.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Requerimento...

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, apenas para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS não participou de nenhum acordo para ter apenas votação de um destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Bom, aí nós podemos voltar...

O SR. ROBERTO FREIRE - Nós apresentamos emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Essa foi a informação que eu tive por parte do Governo. Então, vou pedir que façam o contato com V.Exa. para apreciar o assunto.

O SR. ROBERTO FREIRE - Para saber, exatamente. Porque nós estamos com algumas emendas e gostaríamos de saber como será o encaminhamento sobre isso.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o requerimento.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados...

O SR. JAIR BOLSONARO - Para encaminhar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero fazer um apelo aos meus colegas sobre a urgência desse projeto.

Eu quero perguntar para cada um: o que cada um de nós temos a ganhar aprovando a urgência desse projeto?

Perde a Presidente da República, que está indo muito bem na ONU; perdem as Forças Armadas, com o seu trabalho impecável e testemunhado por todos nós; perde o Congresso Nacional. Perde a hierarquia, perde a disciplina. **E** é um projeto, Sr. Presidente — desculpem-me os meus colegas —, que já nasce completamente mais do que viciado. É um projeto suspeito.

Os sete serão indicados pelo Poder Executivo. Nenhum, sequer, por nós. É um projeto que desborda a Lei da Anistia, permite a prisão disciplinar de militares. É um projeto que cria um trem da alegria, a partir do momento em que vão indenizar centenas e centenas de pessoas que comparecerem à Comissão e falarem que foram perseguidas.

É um projeto que define, que apenas tipifica o tipo de crime que nós militares teríamos cometido para responder. Já os crimes praticados pela Esquerda ficarão completamente fora. Mais ainda: consubstancia, no final, um relatório que será imposto junto aos livros do MEC para se fazer uma nova História moderna brasileira, tendo os militares como bandidos nesse período de 1964 a 1986.



Então, Sr. Presidente, eu peço aos meus colegas que não deem urgência, para que possamos discutir esse projeto nas Comissões! Eu trarei aqui, convidarei os comandantes militares para discutirmos esse assunto. Eles querem ter uma participação efetiva, e não através do porta-voz José Genoíno.

Eu apelo aos colegas para votarem contra a urgência e peço votação nominal, Sr. Presidente.



O SR. DUARTE NOGUEIRA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. BRIZOLA NETO - Sr. Presidente, eu quero encaminhar como autor do requerimento.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Como autor do requerimento é contra; não é questão de ordem.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Questão de ordem.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - O Presidente acabou de anunciar que houve um acordo e citou o processo de votação da urgência e do mérito com o destaque do projeto da Comissão da Verdade.

Então, eu peço a V.Exa., pois nós estamos ainda caminhando para o entendimento; da parte do PSDB, nós estamos ainda conversando com o Líder do Governo, ponderando sugestões para aperfeiçoar e melhorar a matéria, e antes que isso seja feito, da nossa parte, vamos avançar até a votação somente do aviso prévio.

Só para colocar a posição do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deixem-nos encaminhar aqui. Fica difícil nós encaminharmos com todo mundo querendo encaminhar ao mesmo tempo.

Deputado Duarte Nogueira, quero perguntar a V.Exa. se essa opinião que V.Exa. está trazendo impede a votação do requerimento de urgência.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Quanto à urgência "sim". Eu faço a ressalva de que nós ainda não concluímos a decisão.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Então, tem que retirar o requerimento da Mesa. Aí nós teremos que ver como o faremos regimentalmente.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Retiramos. Retiramos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vão retirar o requerimento?

Então está retirado o requerimento. É que depois... Não sei como o requerimento volta para a Mesa depois.

Bom, então em votação o projeto.



O SR. MARCIO BITTAR (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, só para declarar que na Emenda nº 29 eu votei de acordo com a
orientação da bancada.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É só questão de ordem ou não tem...

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Foi retirado o requerimento da Comissão da Verdade?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Foi retirado o requerimento da Comissão da Verdade. Foi retirado.

O SR. FERNANDO FERRO - Então não deve haver acordo para outras votações!



O SR. PAULO TEIXEIRA - Presidente, eu queria apenas fazer um apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos os partidos... Nós fizemos um acordo para que votássemos hoje à noite a criação da comissão da memória e da verdade. Nós temos cumprido todos os acordos nesta Casa. Todos os partidos pediram e assinaram o requerimento de urgência. Neste momento, nós queremos cobrar a coerência, já que o nosso partido tem mantido seus acordos. Todos os debates acordados no Colégio de Líderes nós temos feito com que aconteçam aqui. Então, eu gostaria de saber de V.Exa. — estão aqui o Líder Henrique Eduardo Alves e outros Líderes — se podemos manter a votação. Um partido...

Nós fizemos com os democratas um acordo de procedimento, isto é, eles não têm compromisso com o...

(O microfone é desligado.)

O SR. PAULO TEIXEIRA - ... mas têm o compromisso com a votação. E eu quero então aqui fazer um apelo a V.Exa. e fazer um apelo a todos os partidos porque os Deputados e as Deputadas permaneceram para essa votação, conforme havia sido acordado entre nós. Então, eu não vejo razões para nós não votarmos. Não há uma razão para não votar. Então, nós aqui, Sr. Presidente, para o bem desta Casa...

Esta Casa terá no dia de hoje outra votação histórica, uma votação que repercute para todo o Brasil, e nós não podemos deixar de fazê-la. Todos nós estamos acordados nessa direção. O partido que não queira fazer de última hora...



Nós tínhamos feito acordo com todos os partidos, mesmo aquele que disse que não tinha acordo com a votação e compromisso com a votação, mas tinha acordo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PAULO TEIXEIRA - Para terminar, Sr. Presidente.

Não tinha acordo de votar...

(O microfone é desligado.)

O SR. BRIZOLA NETO - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

Questão de ordem do Deputado Brizola Neto.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Eu vou concluir, Deputado Brizola Neto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um pouquinho, Deputado Brizola Neto. Só um pouquinho.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Deputado Brizola Neto, eu estou ao microfone.

O SR. BRIZOLA NETO - Perdão, perdão.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, nós fizemos um acordo com os democratas nos seguintes termos: eles não tinham compromisso de votar "sim" no projeto, mas tinham o compromisso de votar o projeto nesta noite.

Então, nós queremos apelar para V.Exa. e para todos os partidos a fim de que nós votemos nesta noite a criação da Comissão da Memória e da Verdade. Então, Sr. Presidente, este é o apelo que faço a V.Exa., pedindo que conduza essa votação, e para que nós possamos aferir, em plenário, a opinião das Sras. e Srs. Deputados.



O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deixa eu falar primeiro agora. O Presidente está com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Depois eu quero que V.Exa. me assegure...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um pouquinho.

Nós já tratamos sobre o tema da Comissão da Verdade em várias oportunidades na reunião de Líderes, e havia todo um diálogo, toda uma discussão para que nós chegássemos a um entendimento para a votação dessa matéria neste plenário, com todos os Líderes.

A informação que passaram a este Presidente é a de que todos os Líderes haviam sido consultados.

Hoje, pela parte da manhã, nós tínhamos um problema, que era uma opinião do Líder do Democratas, Deputado ACM Neto, que ao fazer algumas sugestões, e que não houve acordo para a sua votação, propôs, como procedimento, que nós tivéssemos uma votação de forma nominal.

Os democratas, inclusive, são a favor do mérito da criação da Comissão da Verdade, mas queriam fazer alterações. **E** propuseram a votação de uma emenda para permitir que houvesse o atendimento das suas demandas, que é uma emenda simples, que propõe algumas alterações na composição da Comissão, alguns impedimentos de membros para comporem a Comissão.



O acordo, de parte do Governo... Pelo que eu tenho ouvido do Governo, há um acordo entre o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, no sentido de aprovar a proposta da forma como ela veio, originalmente, para a Câmara. Que não é nem aquilo que gostaria de ver aprovado a Ministra dos Direitos Humanos, os agentes ligados à área dos direitos humanos; não é aquilo que gostariam de ver os setores militares ou o Ministro da Defesa; e não é aquilo que gostaria de ver aprovado sobre este tema o Ministro da Justiça. Mas é aquilo que efetivamente é possível ser votado e se ter um mínimo de acordo para a votação desta matéria, na perspectiva de que se possa avançar no tema, avançar nesta matéria, que é importante para o País, que resgata a memória, que tem um diálogo com setores importantes da sociedade brasileira.

Então, nós não temos um acordo no mérito. Primeiro, eu quero alertar — e aí quero fazer *mea-culpa* deste Presidente — que eu não fiz o diálogo com todos os Líderes, porque fui informado de que esse diálogo já havia sido feito, e que havia o entendimento e o acordo para sua votação.

Segundo, hoje, pela parte da manhã, ou até agora há pouco, não havia um acordo total sobre o mérito, mas havia um ajuste de que nós teríamos um acordo de procedimento. E o procedimento para votação seria a votação do mérito mais um destaque apresentado pelo Democratas.

Então, eu entendi que esse era o acordo que havia sido firmado e que possibilitava a votação da proposta da Comissão da Verdade no dia de hoje.

Não havendo esse acordo, eu quero consultar os Líderes.

O SR. ROBERTO FREIRE - Nós temos uma proposta. Eu faço uma proposta, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós temos um requerimento que foi assinado por todos os Líderes. Estão aqui 472 Parlamentares representados pelas assinaturas dos Líderes no requerimento de urgência para a votação dessa matéria. Então, eu quero consultar os Líderes: nós vamos ou não manter o encaminhamento sobre a Comissão da Verdade?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Antes de V.Exa., o Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito simples. A nossa posição é favorável à Comissão da Verdade, sem nenhuma discussão. Achamos até que está chegando tarde. Não tarde, até porque vai prestar serviço à sociedade brasileira, mas poderíamos ter conquistado isso antes. O que nós estamos discutindo é que não há apenas uma emenda do DEM. Existem da nossa parte emendas que visam a aprimorar o projeto. A Deputada Luiza Erundina me procurou, porque tem... Eu quero dizer que uma minha pode ser derrotada, pode ter consenso no Executivo, mas eu gostaria que o Legislativo tivesse condições de dizer que a Comissão da Verdade, para ser de verdade, tem que definir o prazo de apuração de atentados aos direitos humanos naquilo que é real, o prazo a partir de 31 de março de 1964, não no regime democrático...

(O microfone é desligado.)



O SR. ROBERTO FREIRE - Essa é uma discussão que nós queremos colocar: que o Congresso defina... O Executivo pode ter um outro consenso, mas aqui pode se formar consenso diverso e não protelar.

A proposta que faço é aprovar a urgência e discutir procedimento das emendas que foram apresentadas, não apenas o destaque do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem. Está entendido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, Presidente, eu quero... Presidente...

O SR. ROBERTO FREIRE - É nesse sentido. Agora, aprovar a urgência...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado ACM Neto... Deputado Brizola Neto lá atrás.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Presidente, eu quero dizer aqui claramente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um pouquinho, Deputado ACM, porque o Deputado Brizola Neto está há tempos pedindo para usar da palavra.



O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem a encaminhar à Mesa, porque havia um acordo muito claro de que hoje votaríamos a urgência pelo menos do projeto da Comissão da Verdade, uma urgência mais do que justificada, uma urgência necessária, porque a memória deste País, Sr. Presidente, corre o risco de ser perdida, já que as pessoas estão morrendo. Muitos parentes das vítimas da ditadura estão perdendo a sua vida sem poderem ter a certeza do que aconteceu com seus vitimados parentes durante a ditadura militar.

E a questão de ordem que eu encaminho à Mesa, Sr. Presidente, é, diante desse requerimento que o senhor mesmo elencou, com a assinatura de praticamente todos os Líderes desta Casa, para saber se a desistência de um só Líder permite à Mesa, sem a anuência do autor, que esse requerimento seja retirado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Não, não permite. Não permite. Eu ia, inclusive, retomar isso posteriormente. Eu cometi aqui um equívoco regimental, porque eu perguntei ao Deputado Duarte Nogueira e ele disse que retiraria, mas ele é apenas um subscritor que está assinando o requerimento. Continuam os outros Líderes que assinaram o requerimento com maioria absoluta para a continuidade da votação.



O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado ACM Neto e, depois, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, que fique claro, porque a fala do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, deixou alguma dúvida, que o Democratas, primeiro, é absolutamente favorável ao projeto da Comissão da Verdade. Ponto.

O que nós tentamos, nos últimos dias, negociar com o Governo — e eu quero ressaltar a importância do Ministro Cardozo, da Justiça, e da Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos — foi a inclusão de uma emenda que prevê critérios para os integrantes da Comissão da Verdade, para blindar politicamente, para tornar a Comissão totalmente imparcial.

Não chegamos a um acordo, daí por que avançamos para fechar um acordo de procedimentos, que implica a votação nominal desse destaque. Quando V.Exa. nos deu a palavra que o destaque seria votado de ofício nominalmente, eu, então, dei a V.Exa. a palavra de que nós vamos votar a Comissão da Verdade. O compromisso do Democratas é esse. Foi dado. A minha palavra foi empenhada e vai ser cumprida. Nós vamos votar a Comissão da Verdade, vamos votar a favor dela, V.Exa. garantindo de ofício a votação nominal do destaque.



O SR. GLADSON CAMELI (PP-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado Gladson Cameli votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como nós já votamos a urgência do projeto do aviso prévio, nós poderíamos entrar no mérito do aviso prévio. Posteriormente, enquanto se faz o acordo entre o PSDB e os elementos do Governo, votaríamos a urgência e, na sequência, o mérito da Comissão da Verdade. Não há necessidade de retirar a urgência da mesa; só postergaríamos a votação para um outro momento. Votaríamos agora o mérito do aviso prévio e, nesse meio tempo, há possibilidade de fazermos um acordo e votarmos, como V.Exa. prometeu, a Comissão da Verdade no momento seguinte.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu entendi a posição do Democratas e concordo com ela, assim como também com a posição do Deputado Roberto Freire.

Votaríamos a urgência, entraríamos no mérito deste debate e depois votaríamos, nesta noite, com todo o debate necessário. Concluiríamos a votação desta noite, até lembrando que o acordo feito com todos os partidos é no sentido de que nós votaríamos a regulamentação da Emenda nº 29 hoje à noite e, depois, a criação da Comissão da Memória e da Verdade. Então, concordo.

Agora entendi melhor o posicionamento do Deputado Antonio Carlos Magalhães Júnior e concordo com S.Exa. nesse procedimento e na proposta que ele fez de encaminhamento.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para ficar claro, porque a clareza é que faz as coisas caminharem: em primeiro lugar, nós somos obviamente a favor da Comissão da Verdade, da Justiça e da Memória, que já tarda; em segundo lugar, ela tem que ser para valer. E nós temos o direito irrenunciável, como Parlamentares — para além da decisão de Governo, do equilíbrio, do ministério tal que abriu mão disso e chegou ao consenso —, de chegar ao nosso aqui, e, se não chegarmos, iremos no voto. Agora, não podemos abrir mão de discutir aqui emendas. Insisto em que...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Até agora, ninguém disse isso aqui.

O SR. CHICO ALENCAR - Não, ninguém disse, mas o procedimento pode repar várias emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mas aí é do Regimento e faz parte do jogo.

O SR. CHICO ALENCAR - É, mas então eu insisto que fazer o debate sem discutir a abrangência de trabalho de período histórico dessa Comissão, que está larguíssimo, a composição, ou seja, o tamanho dos seus membros, é fazer uma Comissão que pode frustrar a população. Queremos a Comissão efetiva, forte, e o Plenário pode dar-lhe um bom...



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós vamos votar o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é uma matéria relevante. Sr. Presidente, esta matéria é relevante.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, da parte do PSDB...

O SR. RONALDO CAIADO - Vamos então dar um espaço para que seja discutido numa sessão completa.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Duarte Nogueira, por favor.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, da nossa parte, quero deixar bem claro que a bancada do PSDB é favorável à Comissão da Verdade. Nós estamos tratando deste tema ainda inclusive no período do Ministro Nelson Jobim. Depois que houve a mudança, fizemos os entendimentos tanto com os nossos representantes da Câmara quanto do Senado. Somos favoráveis à matéria.

Mas como é um assunto bastante polêmico, nós estamos em tratativas com a Liderança do Governo, sugerindo, inclusive, emenda para que o projeto possa ser aperfeiçoado, na nossa opinião.

Como esse assunto está em andamento dentro deste diálogo que estamos tendo agora, a única ponderação que eu faço a V.Exa. é que nós não façamos esse processo açodadamente, para que a tranquilidade nesse processo legislativo seja imperativa e as melhores decisões sejam o resultado deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu quero fazer um pedido a V.Exa., Deputado Duarte Nogueira.

Nós temos um requerimento assinado por vários Líderes partidários que aqui reexpressaram a sua vontade de fazer a votação no dia de hoje. Então eu tenho que submeter à votação o requerimento. Eu pediria a V.Exa. que nós votássemos o requerimento de urgência, e depois disso nós vamos votaríamos o projeto que trata sobre o aviso prévio proporcional — ali tem o tempo para continuar discutindo —, e nós só vamos votar o projeto da Comissão da Verdade se houver acordo absoluto nos procedimentos de todos os Líderes, inclusive o de V.Exa., que ficaria posteriormente para nós fazermos isso.



O SR. DUARTE NOGUEIRA - Acolho a ponderação de V.Exa., nos moldes que acabou de colocar. Somos favoráveis à urgência, em seguida tratamos do aviso prévio, com o tempo necessário...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com os devidos ajustes.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Em seguida, havendo entendimento do Pleno, vamos apreciar o mérito da Comissão da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, art. 117, inciso VI. Pela ordem,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vai ser votação nominal.

O SR. JAIR BOLSONARO - V.Exa. retirou o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É nominal.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação do requerimento.



O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Requerimento de urgência na Comissão da Verdade.

O PPS vota "sim".

(Tumulto no plenário.)

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu faço um apelo aos meus colegas, mais uma vez. Por favor.

(Tumulto no plenário.)

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos convocar os Deputados do PDT...

O SR. JAIR BOLSONARO - Essa urgência vai abrir uma ferida, apenas, nas Forças Armadas.

O SR. BRIZOLA NETO - ... para virem votar "sim"...

O SR. JAIR BOLSONARO - Eu apelo aos colegas. Essa urgência não tem propósito, não tem cabimento.

O SR. BRIZOLA NETO - ...ao requerimento da Comissão, porque a verdade...

O SR. JAIR BOLSONARO - Não apunhalem as Forças Armadas pelas costas.

O SR. BRIZOLA NETO - ...como é verdade na Câmara Federal.

O SR. JAIR BOLSONARO - Não façam isso com os militares. Por favor, não façam isso.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Essa é a voz do passado.

O SR. JAIR BOLSONARO - Eu apelo para os colegas: não votem essa urgência.



(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vamos orientando, enquanto vão votando aqui.

Como vota o PMDB?

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PT, como vota?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PT vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PSB, como vota?

O SR. PAULO FOLETTO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PR?

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido da República libera sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o Democratas?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim", Presidente, a favor da urgência da Comissão da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PP?



O SR. BETO MANSUR (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só queria deixar...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Podemos botar “sim” para todos os Deputados?

O SR. BETO MANSUR - Não, senhor, Sr. Presidente.

Só queria deixar uma mensagem para os meus colegas Parlamentares. O evento da revolução faz 47 anos. Eu sofri isso, tinha 13 anos, meu pai foi cassado e preso na revolução.

Só quero dizer a V.Exas. que um projeto como esse... Eu estou falando particularmente, não como Vice-Líder do PP, mas, particularmente, eu acho que esse projeto não nos ajuda, nem no presente, nem no futuro. Muitos aqui não participaram desse processo. Eu pediria aos meus colegas do Partido Progressista...

Eu me comprometi a acompanhar o que foi acordado pelo Líder do Governo, mas particularmente vou entrar em obstrução para não dar *quorum*, para que possamos discutir esse projeto nas Comissões, onde é o seu lugar. É um projeto importantíssimo, e nós não podemos ficar na história nas mãos de 7, 8 pessoas indicadas pelo Executivo.

Eu peço a vocês particularmente que entrem em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PP vota como, Deputado?

O SR. BETO MANSUR - O PP indica o voto “sim”, mas, no meu comentário, eu peço que entrem em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - PDT vota como?

O SR. BRIZOLA NETO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT convoca todos os seus Deputados a votarem “sim” a este



importante e necessário requerimento de urgência, para que não se perca a memória do nosso País.

Eu acho que é importante lembrar que o que houve em 1964 não foi revolução, o que houve em 1964 foi um golpe de Estado que golpeou de morte a democracia brasileira e que se utilizou de práticas e violações aos direitos humanos para manter, no nosso País, por mais de 15 anos, um sistema arbitrário de autoritarismo e que fez a democracia dormir no nosso País por quase 20 anos. É importante agora, neste momento em que a democracia está restaurada, que nós recuperemos a memória do nosso povo, principalmente para que as novas gerações tenham o direito de conhecer a história do seu País.

Convoco todos os Deputados do PDT a virem votar “sim” ao requerimento de urgência da criação da Comissão da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o PTB/PSB?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PV/PPS ainda não votou.

PV/PPS?

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PV/PPS encaminha “sim”, pelo requerimento de urgência, lembrando que nós temos emendas que queremos ver discutidas aqui. De qualquer maneira o acordo está mantido. A urgência é importante para que possamos instituir a Comissão da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?



O SR. VITOR PAULO (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PRB libera a bancada.

PSC?

O SR. EDMAR ARRUDA (PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota "sim" ao regime de urgência, mas nós queremos, depois, discutir o mérito do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a favor da urgência, sem prejuízo da boa discussão, profunda, porque isso implica aspectos históricos, visão de mundo, dos direitos humanos, repúdio ao abominável ato da tortura como prática de terrorismo de Estado. Queremos apontar algumas limitações que vemos no projeto, o que não, claro, obsta a nossa concordância com a Comissão da Verdade.

Urgência, sim, sem prejuízo do bom debate aqui e do exame das nossas emendas, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Minoria, como vota? *(Pausa.)*

Governo, como vota? *(Pausa.)*

O Governo vota "sim".

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota "sim".

O SR. ABELARDO LUPION (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só gostaria de dizer que, consultado como Vice-Líder do Democratas,



eu me posicionei contra esse projeto, contra essa urgência. Fui minoria. Mas acho um equívoco. Acho que hoje nós estamos mexendo em feridas desnecessariamente. Acho que nós, como guardiães da Constituição, teríamos que respeitá-la e partirmos para um novo momento no País e não sairmos atrás de vingança, de vendeta, colocando pessoas amargas, que querem vingança, mandadas pelo Executivo, para fazer uma perseguição desnecessária. Nós vamos nos arrepender disso no futuro, porque, em nenhum país em que se partiu para a vingança, para a vendeta, isso deu certo.

Eu quero dizer que o meu voto é “não”; meu posicionamento é “não”. Acho um grande equívoco o que estamos fazendo.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB avisa aos companheiros do partido que o PSB vota “sim”. O Bloco foi liberado, mas o PSB vota “sim”.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez quero apelar para os meus colegas. O que cada um de nós tem a ganhar com essa urgência? O que temos a ganhar com essa urgência? Por que o Governo tem medo de que esse projeto tramite nas Comissões? Por que o medo de que tramite nas Comissões? Eu trarei militares aqui para depor. Vamos fazer aqui uma audiência conjunta, Sr. Presidente. Não vamos aceitar isso aí. É uma imposição. É um golpe nos militares. Não pode fazer isso.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Os militares amedrontavam na ditadura; na democracia, têm que ter medo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu vou pedir a V.Exas. que mantenham um certo padrão nas suas intervenções.



Deputado Bolsonaro, V.Exa. terá, depois, durante a discussão, tempo para expressar suas opiniões, dizer tudo aquilo que V.Exa. acha sobre o projeto. Agora nós vamos...

O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Rodrigo Maia, com a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na linha do que falou o Deputado Abelardo Lupion, acho que esta é uma matéria que precisa de um longo debate. Infelizmente, nós abrimos a brecha de votar a urgência e o projeto no mesmo dia. Isso era uma regra que não existia nesta Casa. A regra era exatamente: vota-se a urgência num dia e, na melhor das hipóteses, vota-se a urgência no dia seguinte. Votar uma matéria dessa, de tamanha importância, que pode incendiar o Brasil, da forma como está sendo votada, às 19h34min, com todo mundo sabendo que a matéria que seria votada hoje seria a Emenda 29... Acho desnecessária essa pressa que hoje passa por esta Casa.

Então, como essa questão da urgência não é a questão do mérito, na hora de votar, eu votarei contra a urgência da matéria.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Maia, o Sr. Marco Maia, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Benedita da Silva, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva) - Com a palavra o Deputado José Stédile. *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, apenas para me manifestar. Vou votar contra a urgência desse projeto. É um absurdo a votação....

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva) - A palavra está com o Deputado José Stédile. Um momento.

O SR. JOSÉ STÉDILE (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, só para reforçar, o Partido Socialista Brasileiro, que compõe o Bloco com o PTB e PCdoB, orienta seus Deputados a votarem "sim".



A SRA. PRESIDENTA - Com a palavra Deputado Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, apenas para fazer uma ponderação. Nós precisamos ter, desde essa discussão, uma preocupação muito grande...

(Manifestação no plenário.)

O SR. ROBERTO FREIRE - Se você não quer deixar que eu fale...

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva) - O Deputado Roberto Freire está com a palavra, Deputado.

O SR. ROBERTO FREIRE - Eu queria aqui apenas fazer uma ponderação. Estamos criando uma Comissão que precisa ter como característica básica que nós não estamos buscando nenhum revanchismo, nenhum. O País precisa conhecer sua história. E nesse sentido é importante, desde agora, nesse debate, que tenhamos a tranquilidade de dar a resposta à história e não ficar querendo encontrar respostas para o que passou. Essa questão é básica para podermos definir que não é aprovar aquilo que o Executivo decidiu em consenso. É o Poder Legislativo criando o seu consenso sobre algo fundamental.

Nós discutimos aqui a ditadura militar há pouco tempo, depois da sua queda, e não tivemos nenhum receio em discutir anistia, em discutir como se ressarcir, inclusive definir historicamente, sem nenhum receio. Por que agora não termos a capacidade de discutir?

Então, é nesse sentido que eu fazia a ponderação para votarmos o requerimento de urgência e discutirmos todas as emendas apresentadas, até porque tem emenda que aprimora o projeto, que tem falhas.



Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, a Sra. Benedita da Silva, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Devanir Ribeiro, com a palavra; em seguida, Deputado Marquezelli.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, aqui ouvimos muitas discussões: por que veio do Executivo, por que deixou de vir do Executivo. Nós deveríamos ter, como legisladores, a disposição de fazer então, já que não queremos que o Executivo o faça, de colocar a hora da verdade. Não tem esse negócio de ficar culpando para cá ou para lá. Eu até tenho, olhando aqui os Bolsonaros da vida, e às vezes têm também os boçais da vida, visto da seguinte maneira: nós, que passamos por esse momento, temos sentido na carne. **Agora**, muitos aqui fazem um discurso, mas não sabem por onde passou.

Então, nós tínhamos que ter a obrigação, como legisladores, de aprovar o projeto, não do Executivo, mas do Parlamento brasileiro, para mostrar o que foi feito neste País durante toda a sua história, até para que os jovens e o futuro saibam o que aconteceu, para não deixar repetir o mesmo que aconteceu no passado. Esta discussão aqui é até atrasada.



O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sra. Presidenta, pela Minoria.

O SR. DR. PAULO CÉSAR - Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Nelson Marquezelli e, em seguida, Deputada Luiza Erundina.

O SR. DR. PAULO CÉSAR - Dr. Paulo César, do PR, Sra. Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Nelson Marquezelli, com a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

O PTB pertence ao Bloco PSB/PTB/PCdoB e vai votar “não”. A anistia foi feita, já é uma ferida cicatrizada, já está na nossa Constituição, é uma cláusula pétrea. Nós não estamos tendo a visão da irresponsabilidade que nós estamos fazendo hoje, nesta noite.

Eu acho que o País está caminhando bem. Não é necessário rever uma anistia de mais de 30 anos, que ambas as partes assinaram. Vamos ter juízo. Vamos caminhar para a frente. Chega de olhar no retrovisor. Meia dúzia de pessoas no Brasil, recalçadas, querendo vingança, vai levar esta Casa e o País a um caminho sem fim. Vejam o que estou falando: a um caminho sem fim.

O PTB vota “não”.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputada Luiza Erundina com a palavra.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, o sentimento predominante neste Plenário é pela aprovação da Comissão da Verdade.

Nesta Casa existe um projeto de lei que tem mais de 1 ano e 4 meses, mas não houve oportunidade para ser discutido, para ser apreciado em nenhum nível de Comissão. Se há uma tendência majoritária de que se aprove o regime de urgência hoje à noite e que se faça um debate das emendas que estão inclusive elaboradas e em condições de ser apresentadas, é necessário, Sra. Presidenta, fazer um apelo às Lideranças para que subscrevam essas emendas, sem o que elas não estarão em condições regimentais de ser debatidas aqui no plenário.

Quer dizer, além do acordo para que se vote a urgência e que se discuta a matéria para corrigir os aspectos que precisam ser melhorados, é necessário que haja condições de apresentar emendas. Para isso, é preciso que as Lideranças subscrevam essas emendas, porque o mínimo de 102 assinaturas é necessário para que essas emendas possam ser consideradas pelo Relator e, a partir daí, discutidas.

Era isso, Sra. Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Dr. Paulo César, Deputado Alfredo Sirkis, Deputado Ronaldo Caiado, Deputado Mendes Thame...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidenta, só para fazer uma correção no encaminhamento. O Bloco PSB/PTB/PCdoB, na sua maioria, vai votar “sim”. Na verdade, um ou outro Parlamentar que quiser votar “não” está liberado, mas a orientação do bloco é o voto “sim”. Peço que corrija no painel.



O SR. DR. PAULO CÉSAR - Sra. Presidenta, estou com a palavra, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS - Sra. Presidenta, o projeto visa...

O SR. DR. PAULO CÉSAR - Sra. Presidenta, a senhora tinha-me garantido a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Ah, desculpe. Tem a palavra o Deputado Dr. Paulo César.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta. Em primeiro lugar, quero parabenizar esta Casa pela aprovação da regulamentação da Emenda nº 29 e congratular-me com toda a região dos Lagos, no Rio de Janeiro, a minha cidade de Cabo Frio, a população de Cabo Frio e todos os profissionais da área da saúde.

Quero dizer também aos companheiros da cidade de Cabo Frio que foram presos políticos, que foram perseguidos pela ditadura militar, que, apesar de o PR ter liberado a sua bancada, eu faço questão de registrar o meu voto "sim" à urgência para a instalação da Comissão da Verdade.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (Bloco/PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sra. Presidente, o meu voto “sim” tem o seguinte significado: penso que esta Comissão é basicamente para garantir o futuro do Brasil e não para ficar ajustando contas em relação ao passado.

Uma coisa é tentarmos entender o que passou com a democracia de 1946. O Brasil era um País democrático a partir de 1946. Em 1964, uma quartelada pôs fim a essa democracia e suscitou, através de sucessivos altos golpes, uma situação gravíssima de opressão e de ditadura.

Dentro desse processo, embora de natureza diferente, foram cometidos erros não só por parte daqueles que tomaram o poder, que foram progressivamente implantando a ditadura, como também foram cometidos erros por aqueles que, como eu, resistiram contra a ditadura de armas na mão. Quarenta anos depois dos fatos é conveniente uma discussão séria, equilibrada, visando o futuro.

Então, podem ficar tranquilos aqueles Deputados que estão preocupados. Aqui não se trata de estigmatizar a instituição militar que todos nós prezamos. Não se trata — e sou contra — de rever a Lei de Anistia, mas é fundamental que este País possa se debruçar sobre a sua história recente e entender como uma democracia como aquela que foi implantada neste País, em 1946, foi destruída a partir de 1964, como neste País ocorreram violações dos direitos humanos, ocorreram...

(O microfone é desligado.)

O SR. ALFREDO SIRKIS - Presidente, eu peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Era apenas 1 minuto e eu dei 2.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu gostaria de comunicar a todos os membros da Frente Municipalista Brasileira que se deslocassem, pelo menos por uns 20 ou 30 minutos, enquanto ocorre a votação seguinte, para discutirmos 3 grandes projetos de interesse dos Municípios, no Plenário 16, agora mesmo.

Muito obrigado.



O SR. RONALDO CAIADO - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Ronaldo Caiado. Em seguida, Deputado Brizola Neto.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a grande discussão deste momento é a estranheza quanto ao comportamento da base do Governo, principalmente dos Líderes do Governo, Deputado Amauri, em não querer discutir o projeto. Este é o problema.

O Deputado Roberto Freire afirmou com muita clareza: nós não precisamos ter receio de nada aqui. Por que este rolo compressor? Por que os senhores querem que o Executivo indique os sete membros da Comissão da Verdade? Quais são as condicionantes constitucionais para que as pessoas possam compor esta Comissão da Verdade? O que o Executivo quer ou o que o Congresso Nacional deseja aprovar? O Congresso Nacional não tem direito de indicar nomes? Se são sete nomes...

(O microfone é desligado.)

O SR. RONALDO CAIADO - Por que essa pressa toda? Por que esta ansiedade no mesmo dia de aprovar a urgência? Já não querem discutir texto, querem apenas priorizar uma ou duas emendas, as outras apenas simbólicas e impor goela abaixo o que o Executivo deseja?

Este Governo do PT está há 8 anos com o Lula e há 1 ano com a Dilma. Por que esta urgência no nono ano? Por que só agora? Durante 8 anos do Lula nunca teve esta urgência. O Lula não concorda e a Dilma quer. É isso, então?



Então, o momento é de nós, nesta Casa, termos a tranquilidade de votar ponto a ponto. Não há necessidade de medo ou receio de posição alguma, Sr. Presidente. Queremos a discussão, sim. Esta Casa não é cartório de registro de Executivo.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, a Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. BRIZOLA NETO - Sr. Presidente, só para fazer alguns esclarecimentos.

O SR. JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estava no plenário, mas pedi que meu Vice-Líder encaminhasse. Nós temos divergência no bloco do qual sou Líder. O bloco tem direito a votar em quem quiser, mas como nós temos uma divergência, o PTB tem uma divergência sobre essa votação, eu oriento o voto de liberação pelo Bloco PSB/PTB/PCdoB. Entendo o voto do PSB e do PCdoB, que são votos "sim", mas, como nós temos divergência no PTB, estou pedindo que a orientação seja liberada e não "sim", como estava. Para ficar clara essa posição, falo como Líder do meu partido, o PTB, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está encerrada a votação. Votaram “sim”, 351; votaram “não”, 42; “abstenções”, 11.

APROVADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Passamos agora ao Projeto de Lei nº 3.941, de 1989, do Senado Federal.

Vamos para a votação agora. Quem não votou nesta votação, votará na próxima votação nominal e será considerado presente.

Peço que os Líderes, que os assessores que estão aqui, que ocupam tão dignamente o espaço aqui nesta Casa, avisem aos Deputados que, quando aqui chegarem, não precisam comunicar que não votaram e que votam com seu partido, pois, ao votarem na próxima votação, estarão abonados.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Passamos ao item.

Projeto de Lei nº 3.941-E, de 1989

(do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.941-E, de 1989, que dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição deste (...)" E aí vai o apenso de vários outros projetos. "(...) com substitutivo, e voto em separado do Senhor Paulo Paim (Relator: Sr. Amaury Muller); da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação deste e rejeição dos de nºs (...)"

E aí vão vários projetos que foram rejeitados.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em discussão.

Temos aqui uma lista interminável de Deputados para falar a favor. Eu pergunto se nós podemos encerrar a discussão e passar direto à votação.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. ASSIS MELO (Bloco/PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- E como ficam as emendas? Nós temos emendas aí.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As emendas que forem... Esse projeto será votado por acordo. É um acordo firmado entre todos os Líderes para a votação desse projeto.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Então, encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Encerrado também o... *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Há duas emendas que foram apresentadas aqui pelo Deputado Assis Melo e pela Deputada Jô Moraes.

Eu quero fazer um apelo ao Deputado Assis Melo e à Deputada Jô Moraes. O acordo de procedimento que fizemos aqui ouvindo todos os setores, as centrais sindicais, as centrais sindicais de trabalhadores e de empregadores, os nossos Deputados e os nossos Líderes é que votaríamos o projeto de acordo com aquilo que foi votado no Senado Federal, onde foi feito um amplo debate sobre este projeto. Surgindo novas emendas que ampliem o direito, vamos ter aqui problemas para a votação deste projeto. Ele deixa de ser um projeto consensual e vai voltar ao Senado mais uma vez.

Então, eu queria pedir ao Deputado Assis e à Deputada Jô, se possível, que retirassem as emendas, para que possamos fazer a votação deste projeto, que vai atender às demandas dos trabalhadores. Há acordo, há condições de votarmos e darmos um presente aos trabalhadores brasileiros: a votação deste projeto.



O SR. ASSIS MELO (Bloco/PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, tive conhecimento de que o projeto iria à votação quando V.Exa. falou que ele estava na pauta hoje. Infelizmente, não tive oportunidade de conversar com ninguém, nem mesmo com o presidente da minha central sobre isso. Quero pelo menos a oportunidade de explicar o porquê das duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

O SR. ASSIS MELO - Eu gostaria de pelo menos poder explicar ao Plenário porque é que fiz as emendas, não quanto ao acordo, mas sim por entender que o acordo feito... Porque o projeto, quando foi discutido — e isso já faz muito tempo —, tem um parecer diferente da Comissão de Trabalho. Como faço parte da Comissão de Trabalho, fiz a emenda no sentido de melhorar o item desse substitutivo.

Era apenas esse comentário que eu gostaria de fazer. Mas, como eu fiz junto com a minha companheira Jô, eu gostaria de ver com ela se nós vamos retirar ou não, porque não é só uma demanda minha. Se V.Exa. aguardar eu consultá-la, posso lhe dar retorno disso.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem que ser agora, porque, senão, nós temos que... *(Pausa.)*

Deputado Assis, como a Deputada Jô não está, V.Exa. vai ter que tomar a decisão por ela.

O SR. ASSIS MELO - A Deputada Jô está chegando. Como assinamos juntos, vou esperar ela chegar para dar o retorno. Se V.Exa. puder fazer a gentileza de aguardar uns minutos a mais...

A emenda que eu fiz, uma delas... É que o projeto que veio do Senado limita o aviso prévio em 60 dias, restringe a 60 dias. A emenda, uma delas, coloca os



mesmos dias por mês, mas avança até 90 dias. O que veio do Senado limita em 60 dias. Nós colocamos na emenda o mesmo critério para 90 dias.

A outra emenda aumenta do 7º mês até o 12º mês, para darmos uma controlada, um pouco mais, na rotatividade.

Então, são duas emendas, no meu entendimento, bem simples também, que não alterariam, apenas melhorariam o projeto.



O SR. VICENTINHO - Sr. Presidente, na hora do encaminhamento, eu gostaria de encaminhar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

O SR. VICENTINHO - Pode ser já?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Faça agora o seu encaminhamento. Nós vamos só aguardar a Deputada Jô. Com as emendas, muda todo o nosso procedimento de votação. Nós vamos levar um tempo.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminhando: é bom lembrar que este projeto importante para os trabalhadores do Brasil tramita na Casa desde 1989. Nós já discutimos esse projeto, inclusive, em Comissões. E o Supremo Tribunal Federal, por uma lacuna — porque existe uma lacuna neste aspecto —, já está de novo quase decidindo essa questão.

É um projeto de extrema importância, porque aumenta o número de dias do aviso prévio de acordo com o período trabalhado, chegando-se a 90 dias — somando os 30 atuais com os 60 previstos, de acordo com o critério de se somar 3 dias por ano trabalhado. As centrais sindicais manifestaram posição favorável, porque é, de fato, uma grande conquista para os trabalhadores.

Como nós vamos votar, daqui a pouco, a Comissão da Verdade, que não fecha uma página, nem...

(O microfone é desligado.)

O SR. VICENTINHO - ...e a luta vai continuar. Nesse aspecto, é de bom alvitre que esta Casa cumpra esse acordo e vote. Vamos transformar em lei, para não deixar dúvida para nenhum juiz dizer qual é o procedimento. E, assim, aprovamos.

Por isso, a nossa bancada defende o voto “sim” a este projeto de lei.



A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu apresentei uma emenda a este projeto do aviso prévio porque considero que existem algumas questões nas quais seria necessário aperfeiçoamento.

Considero que o estabelecimento de um teto de até 60 dias, no máximo, para garantir o aviso prévio tem um componente de inconstitucionalidade, já que a Constituição prevê, em seu art. 7º, inciso XXI, que seja assegurado aviso prévio proporcional ao tempo de serviço com o mínimo de 30 dias. **Evidentemente**, essa proporcionalidade, ao se incluir no projeto do Senado “de até 60 dias”, fica comprometida.

Também há outro aspecto que eu considero fundamental. Se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputada Jô...

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente, é para esclarecer por que eu estou retirando a emenda que esteja com possibilidade...

(O microfone é desligado.)

A SRA. JÔ MORAES - Se eu não puder esclarecer, eu não tenho condições de retirar a emenda, que é um compromisso meu em assegurar a ampliação dos direitos dos trabalhadores.

Hoje, no mercado de trabalho, 40% dos trabalhadores saem com até 6 meses e dois terços dos trabalhadores são demitidos em até 1 ano. E o que existia no substitutivo da Comissão de Trabalho era assegurar que a esses trabalhadores se ampliasse a cobertura do aviso prévio.

Como é uma necessidade para uma pactuação, eu retiro, considerando ser necessário aperfeiçoar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não. Muito obrigado, Deputada Jô Moraes, pela compreensão.



O SR. ASSIS MELO (Bloco/PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nesse sentido, eu só quero fazer uma ressalva, porque, na verdade, nós não fomos aqui ao âmbito da nossa central. E a CTB é central registrada hoje no Ministério do Trabalho. Por se tratar de questões dos trabalhadores, eu, como membro da Central e Deputado desta Casa, gostaria de ser ouvido também, mas, para não inviabilizar aqui a discussão, gostaria de acompanhar a companheira Jô no sentido de retirar as emendas.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Assis Melo, pela sua compreensão em relação a esta matéria.

Vamos para a votação aqui. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós temos aqui um destaque de preferência que foi apresentado pelo Democratas, para se cumprir o acordo firmado. Requerimento de destaque de preferência para a votação do Projeto de Lei nº 3.941, de 1989. É a proposta que veio do Senado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o destaque.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que forem favoráveis ao destaque de preferência, por favor, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO O DESTAQUE.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o Projeto de Lei nº 3.941, de 1989, com pareceres divergentes das Comissões.



O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, para uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para orientar.

O SR. CHICO ALENCAR - Sim. Vai na ordem?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Na ordem.

O PT, como vota?

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim",
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PMDB, como vota? (*Pausa.*)

PSB, PTB e PCdoB, como votam? (*Pausa.*)

Vamos lá, vamos orientar!

O PSDB, como vota?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PR, como vota?

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o PR vota "sim".

Gostaria de ressaltar que, se não votarmos esta matéria, o Supremo irá
decidir. Mas temos que lembrar a questão da competitividade, principalmente com a
China. Esta Casa precisa tratar desse assunto, porque as empresas não suportam o
Custo Brasil para concorrer com outros países, principalmente Índia e China.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o Democratas? (*Pausa.*) O
Democratas vota como? (*Pausa.*)

Como vota o PP?



O SR. BETO MANSUR (PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PDT, como vota?

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PDT vota “sim”.

Aproveito para dizer que, na votação anterior, acompanhei o meu partido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o PV/PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PSC?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota “sim”.

Aproveito para também justificar que, na primeira votação, da CSS, acompanhei meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O PRB, como vota?

O SR. VITOR PAULO (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota o PMN? (*Pausa.*)

O PSOL, como vota?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto que vem do Senado é limitado. Ele não é justo na plenitude, como deveria ser, em relação aos trabalhadores. Inclusive nós, do PSOL, temos um projeto aqui que foi apensado e, de alguma maneira, derrotado, que garantia pelo menos mais 10 dias de aviso prévio a cada ano trabalhado posterior àqueles 30 dias.



Então, entendemos que esta celeridade é para que, mais uma vez, o Supremo não legisle em nosso lugar. Então, apesar de o trabalhador sempre perder, a corda sempre arrebentar do lado mais fraco — meu amigo Vicentinho sabe muito bem disso —, ainda assim é melhor nós legislarmos com estes três dias a mais do que ficar esse limbo e o trabalhador perder ainda mais.

Nosso voto é “sim”; um “sim” crítico, digamos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”.

O SR. STEPAN NERCESSIAN (Bloco/PPS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV/PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

Como vota o PMDB?

O SR. ABELARDO LUPION (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que o destaque é nosso, eu gostaria que se colocasse o “sim” no Democratas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - “Sim”.

Como vota o PMDB?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, porque estamos regulamentando o que a Constituição estabelece desde 1988. Segundo, melhoram, assim, as relações de capital e trabalho.

O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PTB/PSB/PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei nº 3.941, de 1989, com pareceres divergentes das Comissões, por favor, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos
a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai à sanção.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Portanto, mais uma vez, peço uma salva de palmas a todos os nossos Deputados, porque votamos uma matéria importantíssima, que acrescenta mais direitos aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil, o que deve orgulhar todos nós, Deputados e Deputadas desta Casa.
(Palmas.)



A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A próxima pauta é votar equidade salarial para as mulheres, Sr. Presidente. Estamos precisando votar pela bancada feminina desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Se nós tivermos um acordo, rapidamente estará na pauta.



O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o PDT.

O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, minha tentativa de registro do voto naquele momento não foi pela questão pecuniária, mas pela questão simbólica e política de votar a urgência para a Comissão da Verdade.

Quero apenas dizer que votei com meu partido, votei “sim” à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu vou interromper a sessão por 15 minutos, para aguardarmos o “o.k.” por parte dos Líderes que estão conversando sobre o projeto da Comissão da Verdade. Então, em 15 minutos, nós retomaremos.



O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, não encerre. Continue falando.



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, quero apenas registrar aqui a presença da Profa. Beatriz, coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. A categoria dos trabalhadores em educação está em greve há mais de 100 dias.

A Comissão de Educação e Cultura, que eu presido nesta Casa, semana passada, por unanimidade, criou uma Subcomissão Especial que vai fazer um levantamento acerca do cumprimento da Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o piso salarial nacional para os profissionais da educação em todo o País. Além disso, essa Subcomissão Especial vai fazer uma visita *in loco* ao Estado de Minas Gerais e ao Estado do Ceará, onde os professores estão em greve.

A situação de Minas, já relatada aqui pelos companheiros Parlamentares da bancada de Minas Gerais...

(O microfone é desligado.)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA - Para concluir, Sr. Presidente.

A situação dos professores e dos trabalhadores em educação de Minas é uma situação muito dramática. Mais de 100 dias de greve e, infelizmente, as negociações não avançaram, de forma que quero dar conhecimento a V.Exa. e aos demais colegas, bem como ao Brasil, especialmente ao Estado de Minas, que a representação da Comissão de Educação e Cultura estará em Minas na semana que vem, exatamente com o intuito de contribuir para o processo de negociação, fazendo a mediação.

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PMN-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu vou suspender a sessão por 15 minutos.

O Deputado Weliton vai falar. Na sequência, V.Exa. fala.

O SR. RAUL LIMA (PP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.



O SR. WELITON PRADO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria agradecer ao nosso Presidente, Deputado Marco Maia, e parabenizar todos os Deputados por esta tarde e noite memorável e deixar aqui registrada a nossa solidariedade aos professores do Estado de Minas Gerais. A situação é muito séria, e queria contar com o apoio de todos os Deputados, independentemente de partido político. São 106 dias de greve. Os professores estão há 3 meses sem receber. Há perseguição de todos os tipos, imagináveis e não imagináveis. A situação é gravíssima, a situação é caótica em Minas Gerais. O piso, o salário inicial dos professores, o salário base, é de 369 reais. E o que os professores querem é apenas que a lei federal do piso seja cumprida, inclusive por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Então, queria agradecer e pedir o apoio a todos os Deputados e Deputadas desta Casa no sentido de olharem de forma muito carinhosa para o Estado de Minas Gerais, porque a situação lá é muito séria, é grave. São 106 dias de greve e, infelizmente, o Governo se nega a discutir com os trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está suspensa a sessão por 15 minutos.

(A sessão é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está reaberta a sessão.



O SR. WILSON FILHO (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Wilson Filho acompanha o PMDB nas últimas votações do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Quem quer registrar o voto?

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Valadares Filho votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado José Rocha acompanhou o PR nas votações anteriores.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Presidente, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Só um pouquinho. Mais alguém para justificar o voto, a ausência nas votações anteriores?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Carlos Bacelar votou com o Partido da República nas votações anteriores.

O SR. PAULO PIAU (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Piau votou com o partido na votação anterior.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Cláudio Puty votou com o PT na última votação.

O SR. PAULO MAGALHÃES (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Paulo Magalhães votou com o Governo.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputada Cida Borghetti acompanhou o seu partido.



O SR. ROBERTO BRITTO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, Roberto Britto votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mais alguém para justificar o voto?

O SR. MOREIRA MENDES (Bloco/PPS-RO. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Presidente, Moreira Mendes votou de acordo com a orientação do partido.

Obrigado.

A SRA. ANTÔNIA LÚCIA (PSC-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Presidente, Deputada Antônia Lúcia vota com o PSC.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Líder Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, inicialmente, quero parabenizar-lhe pelos três fatos que hoje V.Exa. liderou — eu diria quatro.

Primeiro, quanto à eleição para o Tribunal de Contas da União, esta Casa elegeu, democraticamente, a Deputada Ana Arraes, que será a primeira mulher no Tribunal de Contas da União — na democracia, como me lembraram.

Portanto, quero parabenizar a Deputada Ana Arraes, de história conhecida por todos no País, que agora assume a cadeira de Ministra do Tribunal de Contas da União. Quero desejar muito sucesso à Deputada Ana Arraes.

Aqui me lembram que a primeira Ministra foi a Deputada Élvia Castello Branco, esposa do jornalista Carlos Castello Branco. A Deputada Ana Arraes é a segunda Ministra do Tribunal de Contas eleita diretamente aqui, a primeira eleita diretamente pelo Congresso Nacional.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, V.Exa. hoje promoveu um almoço com os Governadores e os Líderes partidários. Na ocasião, conseguimos discutir o tema da saúde, quando S.Exas. expressaram a vontade de ter uma receita extra para a saúde no Brasil.

O terceiro fato em que V.Exa. hoje deu luzes ao Parlamento brasileiro foi a votação da regulamentação da Emenda 29, que define percentuais de gastos para a saúde e o que será gasto na saúde doravante.

Por último, vamos votar nesta noite a criação da Comissão da Memória e da Verdade. Devemos criá-la nesta noite. Juntamente com V.Exa. e com os demais Líderes — Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Duarte Nogueira,



Deputado Henrique Eduardo Alves, Deputado Aguinaldo Ribeiro, do PP, e muitos outros Líderes — participamos de um entendimento presidido por V.Exa.

Também foram consultados o Ministro da Defesa, Celso Amorim, o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e a Ministra Maria do Rosário. Nós chegamos ao entendimento para votar, nesta noite, a criação da Comissão da Memória e da Verdade.

Quero parabenizar V.Exa. pela indicação do Relator, Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo, uma pessoa que goza de grande respeito nesta Casa e que dialogou com o conjunto dos Líderes do Governo, enriquecendo o texto para que nós tenhamos essa Comissão, que poderá elucidar importantes fatos da história brasileira e ajudar as famílias que procuram membros desaparecidos a saber do paradeiro e encontrar os corpos de seus familiares.

Então, quero parabenizar V.Exa. e pedir a todos os Deputados que venham ao plenário, para que nós possamos votar esse acordo que foi costurado com todos os Líderes e que foi coordenado pelo Presidente Marco Maia.

Peço aos Líderes que venham ao plenário, porque nesta noite teremos uma votação histórica: a criação da Comissão da Memória e da Verdade.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vamos à Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, do Poder Executivo.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República; pendente de parecer da Comissão Especial.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Edinho Araújo. *(Pausa.)*



O SR. JAIR BOLSONARO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Questão de ordem ou pela ordem?

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diz o art. 62 da Constituição, § 6º:

“Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas (...) todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.”

Palavras do então Presidente Michel Temer, respondendo a essa questão de ordem:

“(...) a interpretação que se dá a essa expressão ‘todas as deliberações legislativas’ são todas as deliberações legislativas ordinárias. Apenas as leis ordinárias é que não podem trancar a pauta.”

E a pauta está trancada, Sr. Presidente.

“Ademais disso, mesmo no tocante às leis ordinárias, algumas delas estão excepcionadas. O art. 62, no inciso I, ao tratar das leis ordinárias que não podem ser objeto de medida provisória, estabelece as leis ordinárias sobre a nacionalidade, cidadania e outros temas que estão elencados no art. 62, inciso I. Então,



*nessas matérias” — palavras de Michel Temer —
“também, digo eu, não há trancamento da pauta.”*

Então, Sr. Presidente, este projeto não se encontra elencado em nenhum dispositivo do art. 62. Ele não pode entrar na Ordem do Dia. Inclusive, Sr. Presidente, mesmo que V.Exa. queira forçar a barra, o que eu não acredito, organizar uma comissão não é questão de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Eu quero indeferir a sua questão de ordem baseado na interpretação feita pela nossa assessoria e por este Presidente de que o art. 62, no seu § 1º, inciso I, alínea “a”, diz que é vedada a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.

Nós temos aqui, portanto, uma matéria que trata de uma questão de cidadania, que tenta resgatar, inclusive, uma parte da história dos cidadãos, dos homens e mulheres do nosso País.

Portanto, em função disso, eu indefiro a sua questão de ordem.

O SR. JAIR BOLSONARO - Tudo bem, Sr. Presidente, mas cidadania não se encaixa em criação de comissão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não. Está indeferido.

(Texto escoimado de expressão, conforme arts. 17, inciso V, alínea “b”, 73, inciso XII, e 98, § 6º, do Regimento Interno.)



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O Deputado Edinho Araújo está com a palavra.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

O projeto foi apresentado pelo Poder Executivo em 20 de maio de 2010. Por meio de acordo de Líderes, foi apresentado requerimento de urgência para a sua apreciação diretamente por este Plenário, o qual foi deferido pela Mesa.

“Da Constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Da análise do Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, não se depreende qualquer vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade, ou de má técnica legislativa.

A proposição está em linha com o ordenamento constitucional, pois a Constituição outorga, em seu art. 23, inciso I, aos três entes da Federação a competência comum para zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.

Por sua vez, o art. 48 da Constituição atribui ao Congresso Nacional competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União, tratando, especialmente, em seus incisos X e XI, da criação de órgãos e cargos públicos — como é o caso da presente matéria —, com a posterior sanção da Presidenta da República.

Ademais, a iniciativa não se reporta a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, de acordo com os arts. 49, 51 e 52 do texto constitucional.



Em virtude do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.376, de 2010.

Da Adequação Financeira e Orçamentária.

Temos, ainda, que a proposição atende às exigências de adequação orçamentária e financeira.

O projeto encontra-se devidamente autorizado pela Lei Orçamentária anual — Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 —, que em seu Anexo V, rubrica 5.1.10, prevê a autorização para criação dos cargos públicos necessários à criação da Comissão Nacional da Verdade, o que atende ao disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Temos que o Projeto atende ainda as demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além do Plano Plurianual, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária anual (LOA).

Assim, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 7.376, de 2010.

Do Mérito.

Consideramos a criação da Comissão Nacional da Verdade altamente meritória. A existência de Comissão com o objetivo estratégico de promover o exame e esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas em nosso País, no período fixado pelo art. 8º das disposições transitórias da Constituição de 1988, “responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira.

Como bem aponta a Exposição de Motivos que encaminhou o projeto a esta Casa, a criação da Comissão Nacional da Verdade vem ao encontro do dever do



Estado de garantir o direito humano à memória e à verdade, os quais são essenciais para o exercício da cidadania, conforme reconhecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos.

A iniciativa soma-se a tantas outras já adotadas no sentido de garantir o direito à memória e à verdade assegurados constitucionalmente, como: a criação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995; a criação da Comissão de Anistia, em 2002; os esforços de abertura dos arquivos da repressão política na ditadura militar, que resultaram no envio ao Arquivo Nacional dos acervos dos extintos órgãos de informação daquele regime.

Diversos exemplos históricos de Comissões da Verdade podem ser apontados em países que passaram por períodos de transição política. Em todos eles, as Comissões tiveram papel fundamental na promoção da reconciliação nacional, por intermédio da revelação, registro e compreensão da verdade sobre o passado de violação de direitos humanos nos respectivos países.

Como exemplos poderíamos citar a” comissão “(...) constituída na Argentina, a” comissão “(...) constituída na África do Sul, ambas com o escopo de apurar violações de direitos humanos ocorridas no período em que os respectivos países viviam sob regimes autoritários.

Esta Casa, ao aprovar o referido Projeto de Lei, contribuirá para garantir aos brasileiros o direito à memória e à verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas durante períodos de exceção.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, sem alterações”.



Portanto, concluo, “com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, nos termos da proposta inicial do Poder Executivo Federal”.

Está lido o parecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ Nº 1, DE PÁGS. 1 A 8#)



Durante o discurso do Sr. Edinho Araújo, o Sr. Marco Maia, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas consultar o Sr. Relator, o nobre Deputado Edinho Araújo, porque existem contribuições que foram feitas para o aperfeiçoamento do texto. As contribuições têm que aparecer na redação final. A fala final do nobre Deputado diz que é o texto original. Não é mais o texto original, porque existem alterações que foram propostas por vários partidos. Foi construído um acordo e foi permitida a nossa votação...

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - V.Exa. tem razão. Nós vamos abrir a discussão. O procedimento é abrir a discussão e posteriormente receber as emendas, incorporá-las e apreciá-las. Pode ser assim?

O SR. ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, na verdade, esta situação que nós vemos aqui, hoje, trata de um dos temas mais complexos — não é o Parlamento brasileiro — que o País está discutindo e que vai tentar encontrar o caminho da solução. Para isso, é preciso boa vontade, imparcialidade, equilíbrio e prudência de todos os lados.

Foi grande o esforço feito pelo Ministro José Eduardo Cardozo, pela Ministra Maria do Rosário, pelo representante do Ministro da Defesa, o ex-Deputado José Genoíno, com Líderes de praticamente todos os partidos.

Esse entendimento que permite a votação neste momento tem, de parte a parte, salvaguardas importantes. Seria muito importante que as contribuições, que são curtas, fossem lidas, para que nós imediatamente votássemos. Foi feito o acordo de que o Sr. Relator acataria integralmente a proposta feita pelo PSDB, pelo DEM e por outros partidos.



O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - V.Exa. tem razão, mas o Relator leu o rito regimental. Nós abrimos a discussão. Enquanto se faz a discussão, ele recebe as propostas de emenda, incorpora-as e devolve o relatório final. Esse é o rito regimental. Estamos fazendo isso com muita tranquilidade. V.Exa. tem razão, mas isso ocorrerá após a leitura. Ele fez a leitura do relatório original. A gente abre a discussão. Enquanto isso, ele recebe as sugestões de emenda e as incorpora ao relatório, o que é normal no rito regimental.

O SR. ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o questionamento que estou fazendo a V.Exa. é porque houve um acordo, que pressupunha a incorporação no relatório e a imediata votação. Não estou entendendo por que isso não aconteceu.

O Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente.

O SR. JONAS DONIZETTE (Bloco/PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Jonas Donizette votou com o partido.

O SR. ONYX LORENZONI - Eu inclusive... Sra. Presidente Rose de Freitas, para contribuir.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI - Uma parcela importante do acordo acabou não sendo cumprida, mas nós queremos preservar a intenção. Acho que é apenas um problema de mecânica do acordo, de forma do cumprimento do acordo, e não quebra daquilo que foi, a duras penas, construído por todos.



Abre-se então a discussão. Nós vamos com os Líderes até à Presidência da Câmara, para que, imediatamente, venha o texto do acordo proposto, para que a gente possa dar curso e ter equacionada a situação.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Nós só esclarecemos, Deputado Onyx, que durante essa discussão é que são oferecidas as emendas ao texto. Portanto, vamos começar a discussão enquanto V.Exa. participa da reunião da Presidência da Casa.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na verdade, não são emendas, são correções ao texto. E o Relator ficou com o compromisso de acatar as sugestões.

Tem razão o Deputado Onyx Lorenzoni. O Presidente Marco Maia estava presente. O Relator tinha que aceitar as sugestões discutidas, e o Relator não as aceitou. Esse é o problema.

*A Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente,
deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo
Sr. Marco Maia, Presidente.*



O SR. PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, pela Minoria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado Abi-Ackel.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, a nossa preocupação é exatamente porque a pressa é inimiga da perfeição. A questão é a seguinte: teria havido algum recuo do Governo em relação às propostas firmadas na sala de V.Exa.? Porque bastava o Relator — e é regimental — ter agregado as inovações de texto. E para isso bastava que ele completasse o texto do relatório dizendo que acolhia as observações e as indicações feitas pelo PSDB e pelo Democratas, coisa que ele não fez.

Então, pressupõe-se...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Paulo Abi-Ackel, como o nosso Regimento prevê que o Relator faça a leitura do seu relatório, até o final da discussão podem ser apresentadas emendas. Ao terminar a discussão, apresentadas as emendas, o Relator volta e acata ou rejeita emendas. É nesse momento que o Relator vai fazer valer o acordo que nós estamos construindo para a votação da Comissão da Verdade.

Então, nós temos aqui um período ainda de discussão, antes de o Relator proferir o seu relatório final sobre as emendas. Certo? É isso.

Esse é o procedimento normal, padrão. Nós só burlamos a discussão ou só não fazemos a discussão quando há um acordo absoluto entre todos os Líderes em não fazer a discussão.

Mas nós temos inscrições feitas aqui. O primeiro orador inscrito para falar a favor é o Deputado Ivan Valente. Então, eu não posso cortar e tolher a palavra do Deputado Ivan Valente.



O SR. PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, indago a V.Exa. se o Relator não pode acolher a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Ele vai fazer isso. Assim que nós encerrarmos a discussão, ele vai se pronunciar sobre as emendas e acatar, acolher aquelas emendas que são fruto de acordo aqui, acordadas entre todos.

O SR. PAULO ABI-ACKEL - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, para colaborar. Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Iniciar a discussão?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não. V.Exa. sabe que o acordo pleno está sofrendo alguns abalos, não é? Eu vou usar uma metáfora e não dar nomes. **É** mais prudente abrir-se a discussão, sem encerrá-la, para que não encerremos um processo sem saber do seu futuro.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É o que nós estamos fazendo agora.

O SR. CHICO ALENCAR - O Deputado Ivan Valente não quer que se abra a discussão sem encerrar a discussão? Ah, não?! Quer que encerre a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar a favor da matéria...

O SR. CHICO ALENCAR - Sem encerrar a discussão, claro!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mas já terminou o relatório.

O SR. CHICO ALENCAR - Não é fechar a discussão hoje como se estivéssemos muito avançados. Tudo pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem. O Relator já apresentou o seu relatório.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Está aberta a discussão.

Primeiro orador para falar a favor, Deputado Ivan Valente, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria colocar o seguinte: o PSOL não participou de acordo final nenhum aqui. O PSOL é favorável à Comissão da Verdade e é favorável a uma comissão da verdade de verdade, para fazer história no nosso País, para fazer justiça, para distinguir da verdade que foi plantada artificialmente, para resgatar a memória do povo brasileiro.

O problema principal aqui é que a experiência histórica mostrou que nós precisamos de uma comissão de verdade. Não é uma comissão de sete membros, que tem 2 anos; uma comissão que não tem recurso orçamentário, não tem indicação orçamentária; uma comissão que tem pouca capacidade de ouvir e autonomia e soberania para levantar os dados, convocar e fazer com que a verdade apareça. **É** disso que se trata.

Então, os problemas aqui são vários. Nós da bancada do PSOL, integralmente, com a Deputada Luiza Erundina, apresentamos várias emendas, que não foram nem consideradas, de prazo, por exemplo, de foco sobre a ditadura militar. Como é que nós vamos analisar o período do Juscelino e o período do Médici ao mesmo tempo? Isso é uma insanidade. Não existe isso.

Mais do que isso, eu queria dizer que a proposta de votação que está na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional — CREDN, que revê a Lei da Anistia, é uma necessidade, porque, sem ela, ninguém que participou dos



aparelhos da repressão política, ninguém que torturou, matou, perseguiu querera depor ou se pronunciar sobre a verdade. Ela não terá autonomia.

Todos os países da América Latina e a África do Sul fizeram Comissões da Verdade grandes, fizeram investigações. Países da América Latina têm, inclusive, Presidentes da República na cadeia hoje, como Videla e Galtieri.

Não nos move nenhum sentimento de revanche. Eu não tenho isso, não. Eu participei da resistência à ditadura, participei como resistência de massa ao regime militar, organizando partido político na clandestinidade, lutando por democracia. O que nós queremos é que o Brasil, de verdade, feche suas feridas e possa virar essa página da história.

O papel da Comissão da Verdade é exatamente este: é você estabelecer a impunibilidade, mas não só isso, é trazer à luz o que significou o Estado brasileiro assumir a tortura como política de Estado, o Estado brasileiro montar aparelhos de repressão e aí reconstituir o processo todo de quebra da democracia brasileira, do golpe de Estado, da história. **E**, mais do que isso, para isso nós não podemos ser tão sigilosos. É possível que venham a público e à luz as informações.

Essa é mais uma das emendas que nós apresentamos nessa direção.

Por isso, nós vamos votar a favor disso, mas não podemos criar uma comissão de que vamos nos envergonhar depois e não vamos ter condições de olhar para a nossa juventude e para o nosso povo.

Por isso, pedimos apenas que sejam...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. IVAN VALENTE - ...as emendas que foram apresentadas e as de aperfeiçoamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar contra, o Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados, nós estamos vivendo hoje uma noite, no meu entendimento, histórica para o bem ou para o mal.

Nós estamos buscando estabelecer uma instituição que vai levantar fatos históricos, fatos de um período, que se chama Comissão da Verdade. Ora, uma comissão da verdade não pode se fundamentar a não ser na verdade. **E**a verdade que está para ser levantada é a verdade que ocorreu no período de 1964 a 1975, quando, por duas vezes, houve a intenção, pelas armas, de idealistas do sistema comunista de implantar um regime comunista no Brasil.

Pegaram em armas, houve uma reação, e a Nação brasileira delegou às Forças Armadas, é claro, a missão de repelir essa intenção. Já houvera uma em 1935. De 1967 até 1975, houve o período da segunda intenção, com financiamento externo da China e de Cuba e com história naqueles países comandados por Fidel Castro e Che Guevara.

Eles chegaram a implantar um centro de treinamento para o Che Guevara na Bolívia. Ele não conseguiu ativar esse centro para tirar o comunismo da Ilha de Cuba e trazer para o continente através do país de maiores condições, maiores fatores geopolíticos, que era o Brasil.

Como aqui havia um regime militar, as forças que lutavam pela democracia — que existiam, naturalmente — se misturaram às forças que lutavam contra o Brasil.



Esta Comissão da Verdade terá que levantar os dois lados; não pode ser uma balança de um prato só, que só vai avaliar um lado da questão. Houve baixas em ambos os lados, e esta Comissão...

Ninguém é contra a verdade. A verdade, no dito popular, é a única virtude perene. Vamos levantar a verdade, mas não fundamentados na mentira, porque a mentira não vai permitir que a verdade seja levantada.

Vamos estudar um pouco mais a história, não vamos deixar que os ódios que permaneceram sejam agora trazidos, inclusive para ameaçar a estabilidade de convivência, agora, sim, democrática em que nós vivemos.

Temo, Sr. Presidente, que nós estejamos mexendo numa ferida que já está cicatrizada e que poderá voltar a criar problemas sérios e — quem sabe? — causar uma nova metástase de desentendimento em nosso País.

Eu apelo para que esse aperfeiçoamento desta Comissão tire tudo aquilo que possa implicar em injustiça, que possa implicar em perseguição a pessoas que já viraram essa página da história.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado Arolde de Oliveira.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso Parlamento vive um momento fundamental para a consolidação da democracia brasileira.

Nestas palavras iniciais, quero parabenizar o ex-Ministro Paulo Vannuchi, o ex-Ministro Nilmário Miranda, que foi o primeiro Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, e a Ministra Maria do Rosário, pela paciência, pela prudência e pela habilidade com que conduz esse Ministério importante para o País, e conduziu até há pouco tempo as negociações para esse projeto importante para o País.

Quero dizer que eu não vi uma palavra nesse projeto que fale em vingança, que fale em perseguição. Esse projeto visa esclarecer fatos e circunstâncias que levaram à violação de direitos humanos de milhares de brasileiros. Esse projeto visa localizar estruturas, localizar espaços, onde se praticaram violência contra os direitos humanos. Esse projeto visa estabelecer políticas públicas para que nunca mais, neste País, se use o aparelho do Estado de forma covarde para eliminar brasileiros que lutam por direitos. Não há nenhum sentido de vingança.

Esse projeto não visa abrir feridas; ao contrário, esse projeto visa sarar feridas de milhares de famílias brasileiras: da Lara, que aqui está, do Gineu Viana, da Teresinha, da Eliane, da Diva, das famílias que tiveram parentes desaparecidos no Araguaia, da Denise e de tantos outros. Não é para abrir feridas, é para sarar feridas que esse projeto se destina.

Portanto, se nós quisermos construir um país cidadão, se nós quisermos reconstruir a cidadania neste País, temos que aprovar esse projeto. Não é normal



prender ilegalmente, torturar ilegalmente. Mataram, esquartejaram, esconderam e não querem sequer que saibamos o que aconteceu? Isso não pode ocorrer.

Portanto, Sr. Presidente, parabéns ao Presidente Lula, parabéns à Presidente Dilma. Este Parlamento merece aprovar esse projeto, para que a Presidente Dilma, lá na ONU, anuncie ao mundo que o nosso País avança no rumo da democracia, no rumo da cidadania.

Viva o Brasil!

Viva o Parlamento brasileiro! *(Muito bem! Palmas.)*

O Sr. Marco Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Com a palavra, para falar contrariamente à matéria, o Deputado Jair Bolsonaro, do PP do Rio de Janeiro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Vocês são tão preocupados com os direitos humanos! Vocês, Nilmário Miranda, são tão preocupados com os direitos humanos! Agora, o sequestro, a tortura e a execução do Celso Daniel não interessam a vocês, porque é permitida a corrupção seletiva e vale a pena justificar e executar um colega por uma causa maior, que era a eleição de Lula. Parabéns para vocês, pelos seus sentimentos de direitos humanos!

A Sra. Presidente Dilma está pensando o quê? Que com esse poder de busca e apreensão ela vai entrar no CIE, no sistema de informação de outras forças, vai estar tudo lá, vão apreender e acabou? Existe cópia disso por aí. A Dilma, por acaso, quer saber quem é a mulher que participou do carro-bomba que matou, em 1969, o soldado Mário Kozel Filho em São Paulo? Ela quer uma foto ou um espelho já é suficiente? A Dilma quer que o povo saiba...

Calem a boca aí, porque eu estou falando! Calem a boca, radicais! (*Apupos no plenário.*)

Será que o povo não quer saber... O povo não quer saber para onde foram aqueles 2 milhões de dólares roubados na casa do Adhemar? Será que a Dilma não poderia contar isso para a gente, já que ela participou? Ou vocês acham que esses documentos não existem? O que vocês têm a ganhar com isso? O que vocês têm a ganhar com isso?

A Dilma vai ter o seu troco. Vai! Ela quer a Comissão da Verdade? Vai ter a tribuna da verdade aqui. E eu não tenho medo de processo de cassação, não! Não tenho medo de processo de cassação, não! Não queiram ameaçar. Não me importo



com isso. O soldado que vai à guerra e que tem medo de morrer é um covarde. E o Parlamentar que não usa da palavra é um vendilhão. E eu não sou vendilhão, não. Não me afino com vocês. Covardes! Muito machão aqui com microfone na mão!

Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. não tem o direito de ofender nominalmente a quem quer que seja nesta Casa. Tem o direito de usar a palavra democraticamente, mas ofender a quem quer que seja V.Exa. não tem o direito.
(Palmas.)

O SR. JAIR BOLSONARO - Seus heróis! Querem uma Comissão fechada, porque não querem, por exemplo, que a alma... Duas coisas são a alma da Comissão.

Dinheiro recebido por Fidel Castro para combater a ditadura... É uma piada! Nem o Tiririca acredita nisso. Uma piada! Tiririca está morrendo de rir. Fidel Castro financiou...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Piada é você!

O SR. JAIR BOLSONARO - ... a luta armada para derrubar uma ditadura e impor uma democracia aqui!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Piada é você!

O SR. JAIR BOLSONARO - Já que tem um caboclo rindo ali... Fidel Castro chamava seu vovô de ...

(O microfone é desligado.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Piada é você!

O SR. ANDRÉ VARGAS - Olha o tempo, Sra. Presidente, olha o tempo. Terminou o tempo. V.Exa. deu tempo... É regimental. Terminou o tempo.



O SR. JAIR BOLSONARO - Para concluir, Sra. Presidente. Só 1 minuto para concluir.

... chamava de Don Ratón, por quê? Pegou grana de Fidel Castro para a Guerrilha do Caparaó e comprou fazenda no Uruguai.

Essas verdades, essas verdades não vêm a público. Essas verdades vocês não querem. Fizeram curso em Cuba, na China, na Coreia, de guerrilha, de como torturar, de como sabotar, de terrorismo, e vieram aqui ao Brasil falar que combatiam uma tal de ditadura. Isso é uma piada, isso é uma piada, é uma vergonha. E eu lamento que o meu Congresso esteja aprovando essa proposta, apunhalando os militares das Forças Armadas, apunhalando!

O que querem é prender militares, como eu vou falar quando for defender a minha emenda, aqui. Dito, lá, que eu botei o Genoíno para fora da sala, saiu para fora da sala, como um covarde. Saiu porque eles querem é prender militares, cassar o posto e a patente de militares, como está no projeto.

Lamento, Sra. Presidente, que esta Casa venha a aprovar esta proposta nesta noite.



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Delegado Protógenes, para falar a favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, respeitáveis colegas Deputados que falam contra, ou que são contra a Comissão da Verdade.

Relembro a esta Casa o preâmbulo da Lei Maior, da Constituição da República, que aqui votamos. Relembro para cravar na memória daqueles que se esquecem, temporariamente ou por conveniência, dos seus compromissos constitucionais para com a Pátria e para com o povo brasileiro; nós, representantes do povo brasileiro, destinados a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, e, mais adiante, a solução pacífica das controvérsias.

Colegas Deputados, rendo homenagens a todos aqueles que se quedaram ao regime facínora, fascista, vitimados pela ditadura militar, pelo autoritarismo neste País. Relembro a esta Casa que perdemos aqui alguns colegas, vitimados pelo sentimento de pressão psicológica ou até mesmo vítimas fatais, desaparecidas até hoje.

E relembro à memória deste Parlamento brasileiro que esta Comissão da Verdade não é em homenagem a ninguém, esta Comissão da Verdade não é para fazer o exercício de poder contra ninguém. Apenas queremos saber a verdade, queremos saber o que aconteceu durante esse período, o porquê do desaparecimento de Rubens Paiva. Ou alguém não se lembra de Rubens Paiva nesta Casa, desse grande brasileiro, desse Deputado Federal de quem até hoje nós não sabemos, nem os familiares, nem este Parlamento? É uma vergonha nacional!



É relegar a história da democracia, quando se fala contra a constituição da Comissão da Verdade.

Desde que sejam bem-vindas as contribuições, mas deixar de fazer a Comissão da Verdade é relegar e desrespeitar aqueles que se quedaram, grandes mártires desta República, e até mesmo aqueles que morreram sem ver esta democracia sedimentada, como foi o Governador Miguel Arraes, Leonel de Moura Brizola (*palmas*), Gregório Bezerra, José Maria Cavalcanti — e eu tive o privilégio de trabalhar com esse grande brasileiro —, Luiz Carlos Prestes, e não preciso falar de Olga Benário, da nossa companheira de partido, judia, que foi barbaramente crucificada pelo regime nazista, aliado a essa ditadura militar.

Senhores e senhoras, temos que dar o voto de confiança, porque este projeto é iniciado pela Presidente da República, chamada Dilma Rousseff, que foi vítima desse regime fascista, ela que jamais poderia deixar apagada essa história, para sabermos o que aconteceu nesta República.

Dizer, tentar desqualificar, dizer que não há financiamento? Há financiamento! Está aqui para aqueles que não leram: *“A Casa Civil se responsabilizará pelos gastos e despesas”*.

E para aqueles que dizem *“Olha, os sete são de escolha exclusiva da Presidência da República”*, eu relembro aqui o art. 142: *“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema (...)”* de quem? Da nossa Presidente, que foi torturada, que foi violentada e que foi amargamente jogada ao cárcere, como foi Vladimir Herzog.



Em homenagem a eles, queremos saber a verdade, sim. Votemos a favor da Comissão da Verdade, na sua integralidade, e que sejam bem-vindas ao debate as colaborações para aperfeiçoar este texto integralmente.

Obrigado, Sra. Presidente. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Não existem mais oradores para falar contra a matéria.

A favor, Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a fala do Deputado Protógenes é um sinal do novo Brasil. O Deputado Protógenes foi da Polícia Federal e aqui fez uma fala com o sentimento de um cidadão que sabe perfeitamente o seu papel, a importância da história, o respeito à verdade e à memória.

Não se trata aqui de estabelecer um processo de vingança, como alguns querem fazer, para confundir o debate. Todas as democracias fizeram o seu ajuste de verdade. É claro que neste momento vamos ouvir e vamos conversar sobre a nossa história.

O contrário da Comissão da Verdade é a comissão da mentira, é a comissão do silêncio, é a comissão da convivência com os tempos piores da história deste País. Não podemos ter medo deste momento.

Quem fala aqui é pai de um, hoje, tenente do Exército. E eu tenho muito orgulho de ter um filho militar. No passado, eu não cheguei a servir às Forças Armadas porque eu fazia parte de uma juventude revoltada contra um Estado de Direito, à época, mantido, um Estado de opressão. Mas o meu filho, que hoje é militar, me dá orgulho. Eu o incentivei a entrar nas Forças Armadas. E é a este Brasil destas Forças Armadas que eu me dirijo e que eu espero que trabalhe para consolidar a democracia. Não é ao segmento raivoso, violento, que guarda o DNA da violência de Estado, que está com medo de fazer o debate.



Não tenhamos medo! Façamos com tranquilidade, que essa é uma obrigação nossa como cidadãos, como políticos, vivendo um momento da nossa história.

Quero parabenizar a Ministra Maria do Rosário, a Presidenta Dilma, porque dão uma grande contribuição ao nosso País e à nossa história. E digo aos nobres pares desta Casa que nós temos uma missão importante, como formuladores, como pessoas responsáveis pela história, pela verdade, pela memória e pela justiça. E é com esse sentimento que eu compreendo o momento que nós vivemos.

Não há sentimento de disputa, de vingança, de vendeta. Há sentimento de sede de justiça, de verdade, para que nunca mais se repitam na história deste País as páginas tristes, as páginas amargas, violentas, que ceifaram jovens no melhor da sua idade, no melhor da sua vida, do direito de construir esta Nação, que hoje nós construímos.

Orgulha-nos termos a nossa Presidente falando em fóruns internacionais, sendo respeitada como Chefe de Estado que orgulha este Continente, que orgulha esta Nação, ela que viveu na pele e que tem esse sentimento de tratar esta questão com justiça, com seriedade, mas com responsabilidade.

Nós não podemos esquecer o que passaram nossos irmãos, nossos amigos, nossos companheiros, porque eles fazem parte deste Brasil que nós estamos hoje vivendo. Eles foram pedras fundamentais para que a democracia chegasse aqui.

Por tudo isso, é nossa obrigação avançar, defender, garantir a Comissão da Verdade, para que efetivamente este País se encontre com a sua história, resgate a sua memória e faça justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado.



Durante o discurso do Sr. Fernando Ferro, a Sra. Rose de Freitas, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nós temos aqui um requerimento sobre a mesa para encerrar a discussão.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Não há orador inscrito para falar contra e a favor. *(Pausa.)*

Para falar, então, contra o requerimento, Deputado Ivan Valente, pelo prazo de 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estava inscrito para falar a favor da matéria?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - V.Exa., Deputado Chico Alencar, estava inscrito aqui, mas com o requerimento...

O SR. CHICO ALENCAR - Ah, chegou um requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É um e outro.

Deputado Ivan Valente, para falar contra o requerimento. *(Pausa.)*

A favor do requerimento, Deputado Delegado Protógenes.

O SR. CHICO ALENCAR - É requerimento de encerramento da discussão, é isso? *(Pausa.)*



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, posso falar a favor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É o Deputado Delegado Protógenes, para falar a favor do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Bem, o Deputado Ivan Valente não quer falar contra o requerimento. Então, não há orador para falar contra o requerimento.

Para falar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria passar minha inscrição para a Deputada Luiza Erundina, que não teve a oportunidade de exercer a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos assistindo a uma sessão que tem uma importância histórica não só para a vida desta Casa, mas também para a vida do País e da democracia. Estamos enfrentando óbices muito fortes para que se chegue a uma solução que atenda e responda, em alguma medida, àquilo que se pretende com uma Comissão da Verdade.

O então Presidente Lula mandou este projeto de lei para esta Casa há 1 ano e 4 meses. Havia a perspectiva de que ele seria objeto de discussão numa Comissão Especial. Houve até bancadas que indicaram membros para integrar essa Comissão Especial. Para que uma Comissão Especial? Para, exatamente, ensejar um debate mais aprofundado, mais amplo, mais democrático, para aperfeiçoar a proposta, porque a proposta tem limites muito fortes para lhe dar eficácia e efetividade em relação aos objetivos a que ela se propõe, como o objetivo de trazer à memória os fatos daquele período, trazer à tona a verdade histórica daquele período, e não toca num objetivo que todas as Comissões da Verdade colocam como principal, que é fazer justiça.

Entendemos que a justiça possa e deva ser feita pela própria Comissão, mas tem que haver o compromisso de que os dados, as informações e o que for apurado sejam encaminhados ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, para que os crimes comprovadamente identificados e investigados sejam, de fato, objeto de ação da Justiça para fazer justiça. É para isso que existe uma Comissão da Verdade.



O período de 42 anos é largo demais. Dois anos de funcionamento da Comissão é insuficiente para se chegar ao mínimo que se pretende com uma Comissão dessas. Sete membros, para funcionar em 2 anos e para cumprir todos aqueles objetivos, não é razoável.

Além disso, Sr. Presidente, admite-se, inclusive, que na composição da Comissão possa haver a participação de militar. Os familiares inclusive abriram mão da possibilidade de poderem integrar alguns deles a Comissão. Em troca, exigem que não haja a possibilidade de militar integrar essa Comissão, porque o militar está submetido a uma hierarquia, e ele não terá autonomia e independência suficiente para agir de forma autônoma, soberana, como membro daquela Comissão.

Uma outra dimensão é a falta de autonomia financeira da Comissão. Como ela poderá dispor de meios e de estrutura para cobrir o País inteiro, buscando dados, informações e testemunhas para testemunhar aquilo que possam trazer para a Comissão da Verdade?

E mais, Sr. Presidente: é preciso dar absoluta transparência. Não pode haver sigilo, e o próprio projeto, de certa forma, admite que alguns dados e algumas informações não podem ser publicizados, não podem ser levados ao conhecimento público.

Portanto, Sr. Presidente, aprovar essa Comissão com as dificuldades que evidentemente estão colocadas neste plenário certamente vai frustrar e adiar o pagamento de uma dívida que o Estado brasileiro e o Congresso Nacional devem aos familiares e, mais que isso, devem à democracia brasileira.



Devemos ter a responsabilidade de não aprovar algo que não terá eficácia, que não terá efetividade e que vai frustrar a opinião pública, sobretudo as vítimas da ditadura militar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputada Erundina.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, acredito que o debate levado a êxito já foi tomado por compreensão e levado até mesmo à exaustão do nosso entendimento político sobre a responsabilidade que pesa sobre o Congresso Nacional neste momento histórico por que passa o Brasil.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que alguém aqui neste Parlamento brasileiro, será que algum Deputado ou até mesmo algum Senador da República tenha mais autoridade de encaminhar um projeto na integralidade e pedir que seja votado na integralidade, com a maior responsabilidade, do que a Presidente Dilma Rousseff, que foi vítima desse sistema?

Será que alguém aqui dentro foi torturado, foi levado ao pau de arara, foi levado ao choque, como Vladimir Herzog sofreu no cárcere? Será que temos essa autoridade para desfigurar ou desqualificar esse projeto na sua integralidade?

Mais de 30 Comissões da Verdade, senhoras e senhores, foram instauradas em vários países. E nenhuma delas teve o conteúdo de vingança ou vendeta pessoal. A Comissão da Verdade já está constituída na sua acepção.

A nossa Constituição da República é uma Constituição principiológica e axiológica, senhoras e senhores. Quando se fala em preservar dados, nós estamos respeitando o art. 5º, inciso X, da Constituição da República, que diz ter que ser preservado o direito à intimidade e à imagem das pessoas. Diz-se respeito a isso, senhoras e senhores.



Srs. Deputados, chegamos ao nível de estarmos alinhados no entendimento de que esse flagelo social o Brasil tem que descortinar. A África do Sul manteve Nelson Mandela por décadas e décadas preso. E Nelson Mandela se tornou Presidente da República da África do Sul e ainda perdoou aos seus algozes, ainda chamou os seus algozes para a composição de seu governo.

É isto que se busca, uma transição pacífica desse período nefasto, reconhecer os erros desta República, reconhecer as atrocidades do passado, de que foram vítimas não só a classe política e a classe operária, mas também a classe estudantil.

Tenho um companheiro contemporâneo de faculdade, da Universidade Federal Fluminense, Fernando Santa Cruz. Cadê o corpo de Fernando Santa Cruz? Alguém aqui sabe? Alguém aqui buscou? Temos autoridade para isso? Agora, sim, vamos ter essa Comissão da Verdade para sabermos desses fatos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos virar as costas para a realidade do Brasil. É o Brasil de hoje! É o Brasil do amanhã! É o Brasil que respeita, sobretudo, os direitos humanos e tem que ficar alinhado com as propostas internacionais de dignidade da pessoa humana.

Quando nós aprovamos esta Constituição da República, nós conduzimos o homem como centro de decisão dos conflitos sociais e dos conflitos da República brasileira. Esta é a Constituição da República! Está disposto no arcabouço constitucional, na alma da nossa Constituição Cidadã, que o homem é o centro das decisões e dos conflitos sociais no Brasil e responsável por este Brasil de amanhã, das futuras gerações. O que diremos aos nossos filhos e netos se não soubermos



dar uma justificativa desse período nefasto por que passamos na República brasileira?

É a consolidação da nossa democracia e o respeito que este Congresso Nacional tem pelos direitos humanos.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Os Srs. Parlamentares que forem favoráveis ao requerimento por favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.



O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar os termos do acordo, e falo em nome de todos os Líderes.

Quero pedir permissão a V.Exa., antes de anunciar o acordo, para fazermos...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Antes que o PSOL se pronuncie dizendo...

O SR. CHICO ALENCAR - Até porque queremos saber o parecer do Relator sobre as emendas. Não é votar agora, não.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Muito bem, em nome dos Líderes que participaram de um acordo geral com o Governo.

Antes de falar sobre o acordo, quero fazer um registro.

Em primeiro lugar, registro — e agradeço — a firmeza, a argúcia e a temperança de V.Exa. Sem a participação de V.Exa. essa votação não teria ocorrido.

Mas quero também dizer que não foi só a V.Exa. Destaco, na construção desse acordo, o envolvimento direto de três Ministros: o Ministro José Eduardo Martins Cardozo, a Ministra Maria do Rosário e o Ministro Celso Amorim.

Igualmente, quero ressaltar a participação do ex-Deputado José Genoíno Neto, assessor do Ministro Celso Amorim. Esse nosso companheiro teve uma participação bastante importante.

E agora quero pedir permissão a todos os Líderes da base, mesmo dos maiores partidos, como Paulo Teixeira e Henrique Eduardo Alves, para fazer um



agradecimento especial aos Líderes da Oposição: o Deputado Duarte Nogueira, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, o Deputado Rubens Bueno e todos demais Deputados e Deputadas que participaram desse processo.

Esse registro é importante, porque sabemos a delicadeza do tema. E sabemos que, sem essas personalidades, não conseguiríamos votar.

Além do texto lido pelo Relator, existe um acordo com o Governo. Aliás, quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Deputado Edinho Araújo, que num tempo recorde elaborou um relatório e nos ajudou a construir o acordo nesta Casa.

Deputado Edinho Araújo...

(O microfone é desligado.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Esses momentos são importantes para a Casa.

Então, no acordo, incorporaremos ao texto duas emendas.

Vou ler a emenda do Democratas. Quando dispõe sobre quem não pode participar da Comissão, destacam-se três critérios: 1º) quem exerce cargos executivos em agremiações partidárias, com exceção daqueles de natureza honorária; 2º) quem não tenha condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão; 3º) quem esteja no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público.

A emenda aditiva do PSDB tem a seguinte redação:

“Art. 4º.....

§ 6º Qualquer cidadão que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela



Comissão terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações, para fins de esclarecimento da verdade”.

Dito isso, Sr. Presidente, encerro, mais uma vez, reiterando o agradecimento a todos e destacando que hoje foi um momento alto para esta Casa. Votamos a regulamentação da Emenda nº 29 e estamos agora votando, com um grande acordo, a Comissão da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - E ainda estabelecemos o aviso prévio proporcional aos trabalhadores brasileiros. E esta é uma vitória pessoal deste presidente sindicalista.



O SR. DUARTE NOGUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu vou pedir a palavra logo depois de o Líder ACM Neto falar. Antes, porém, de o Líder ACM Neto falar e com a anuência de S.Exa., por já estar na tribuna, eu queria ouvir do Líder Cândido Vaccarezza — porque esse é um compromisso amplamente debatido para construirmos o acordo — que o que estamos aprovando hoje, com as incorporações sugeridas pelos partidos já citados, seguindo para o Senado e lá sendo aprovado, será sancionado pelo Executivo, não será apostado à matéria nenhum veto.

Eu queria ouvir do Líder Cândido Vaccarezza se esse compromisso pode ser por ele também confirmado.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Líder Vaccarezza, faltou esse detalhe.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. puder esperar um minutinho, pois acho que amplia o nosso acordo. Temos um item que o Deputado Genoíno trouxe que pode ser incorporado. É uma emenda do PSOL, e nós a incorporamos.

Temos uma emenda do PSOL e da Deputada Luiza Erundina. Acho importante, Sr. Presidente, a tolerância de V.Exa., porque estamos construindo um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Agora, faça o favor de liberar o Deputado Genoíno para ir para casa; senão, vamos ficar até amanhã fazendo emenda.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, é no inciso V do art. 3º.

Ao inciso V acrescenta-se o seguinte: *“Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos”*.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Leia de novo, por favor.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Eu vou ler de novo. O Relator está pedindo.

Nº 1 ou nº 15? (*Pausa.*) Cuidado para não haver erro. Está escrito à mão, Sr. Presidente. Eu prefiro, se V.Exa. permitir, entregar a emenda ao Relator, porque no meu texto está escrito “nº 1” e no da Assessoria, está escrito “nº 15”. E esse tipo de confusão...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - É a Emenda nº 15. É isso.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - É 15? Leio novamente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - *“Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos.”*



O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem. Emenda nº 15.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - O Governo tem acordo em relação a essa emenda. E o que recebi de orientação dos Ministros que participaram é que há um compromisso de esse ser o texto do Governo. É o texto para sanção. Será defendido no Senado e irá à sanção presidencial, com o compromisso de mantermos o texto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra o Deputado ACM Neto, como Líder. Depois, passaremos ao Relator para ler o texto e irmos à votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, assim como fez o Líder do Governo, Deputado Vaccarezza, dizer que a Oposição, especificamente o Democratas, em nenhum momento tratou esse assunto no plano das disputas político-ideológicas com o Governo.

Quero registrar o papel importante que teve o hoje ex-Ministro da Defesa Nelson Jobim. Foi dele a primeira iniciativa de diálogo sobre a matéria. Ele nos convidou a ir ao Ministério. Ali começou um diálogo aberto, sereno, tranquilo e ponderado, diálogo mantido depois pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, pela Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, pelo atual Ministro da Defesa, Celso Amorim, com a colaboração —também faço questão de registrar — do ex-Deputado José Genoíno.

Quero dizer que o Governo de fato, desde o princípio, mostrou-se aberto ao diálogo e, sobretudo, a trazer argumentos que justificassem a aprovação do projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Quero dizer igualmente, Presidente Marco Maia — o Líder Vaccarezza sabe disso e os demais Líderes também —, que não temos nenhuma dúvida das intenções da Presidente da República sobre esse assunto. Tenho absoluta certeza da boa-fé, do espírito público e do respeito democrático com que a Presidente vai conduzir essa Comissão da Verdade.

Traduzo aqui um sentimento de esperança da nossa parte. Por isso mesmo, o Democratas fez questão de contribuir com essa emenda que hoje está sendo



incorporada ao texto. Por quê, Presidente? Para garantir que essa Comissão esteja completa e totalmente blindada dos interesses político-partidários, para que ela possa desempenhar, de fato, a missão de buscar e recompor os fatos históricos, fazer com que eles sejam de conhecimento nacional, o que é um direito do Brasil, é um direito da cidadania brasileira.

Nós, do Democratas, desde o primeiro momento, nos manifestamos a favor da Comissão da Verdade. Concordamos com ela e confiamos na condução que a ela vai ser dada. Claro, isso é uma esperança. Manifesto aqui a nossa expectativa. E espero que essa expectativa possa ser correspondida, possa ser atendida pela Presidente da República.

E é por isso, Sr. Presidente, que faço o registro da participação de V.Exa. neste dia histórico. Muitos não acreditavam, mas conseguimos votar matérias de altíssima relevância para o País, sendo que aprovar a regulamentação da Emenda 29 e a Comissão da Verdade em um só dia realmente nos permite sair hoje daqui com o coração cheio de alegria e com a recompensa da certeza do dever cumprido.

Quero registrar o papel importante que todos os Líderes partidários tiveram nesse processo, que certamente, Sr. Presidente, hoje, faz com que a Casa dê uma demonstração de maturidade, de responsabilidade política, de compromisso público e de respeito à sua história, às suas tradições.

Desta forma, Presidente Marco Maia, com a palavra do Líder do Governo, com o compromisso do Líder do Governo e com a aquiescência do Relator, também registro o importante trabalho do Deputado Edinho Araújo.

Assim sendo, o Democratas está pronto para votar, pronto para dizer “sim” à Comissão da Verdade e pronto para dar a sua contribuição à história do Brasil.



Por último, quero agradecer à minha bancada, que debateu o assunto, que discutiu a matéria; aos meus Vice-Líderes; aos Deputados, alguns com opiniões divergentes, mas sempre respeitando a opinião majoritária do partido. E sem o apoio da minha bancada eu não poderia ter fechado esse acordo.

Então, se aqui hoje estou dando esta palavra de apoio integral ao projeto que vai ser votado é porque fui conduzido Líder e, sobretudo, porque tenho a cada dia o apoio dos Deputados Federais que enobrecem esse partido de que eu tenho muito orgulho de ser Líder, o Democratas.

Fica, portanto, o meu último gesto no dia de hoje de agradecimento à confiança dos meus Deputados, dos meus queridos amigos do Democratas.

Muito obrigado.



O SR. ROBERTO FREIRE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra V.Exa.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para facilitar o acordo, vou retirar o destaque de que autor. Mas gostaria de dizer à Casa que um dos aspectos importantes que deveríamos ter definido, para uma boa Comissão da Verdade, era o prazo para apurar a verdade histórica.

Não cabe a esta Casa fazer o que fez, porque é uma afronta fixar prazo no regime democrático brasileiro. O que tínhamos que fazer era investigar o período ditatorial. Não há por que ir para 1946, em pleno período constitucional. Isso me parece diversionismo, tergiversação, algo que representa um problema para a própria Comissão da Verdade, que é o de fazer consenso — e ela não pode fazê-lo — para poder cumprir bem o seu papel.

A minha proposta seria que o prazo fosse muito bem definido, em função da verdade histórica. Seria de 31 de março de 1964 ao fim da ditadura.



O SR. DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Vou pedir aos Srs. Líderes que passemos à votação. Todos os Líderes já falaram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos votar. Vamos votar.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Para clareza do acordo. O Deputado Cândido Vaccarezza...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Duarte Nogueira, V.Exa. tem a palavra, mas quero pedir compreensão aos Líderes. São 22h34min. Iniciamos nossos trabalhos hoje às 9 horas. Os Deputados presentes estão cansados. Todos os Líderes já falaram à exaustão. E eu pediria a V.Exas. compreensão, para podermos votar a matéria.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, como Líder da bancada do PSDB, estou tentando colaborar para que a matéria possa ser aprovada com todas as nuances e preocupações de natureza constitucional e legal.

A observação que vou fazer eu a julgo pertinente, e, portanto, vou defendê-la. Acho importante que o Líder do Governo em seguida se manifeste, porque, ao acolher a emenda aditiva que ele citou, que diz respeito ao inciso V do art. 3º do projeto de lei, lá está escrito: *“Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação dos direitos humanos”*.

É este o texto que leu S.Exa. Mas, depois, conforme está no projeto, há uma vírgula: *“(...) observadas as disposições das Leis nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia), nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995 (Lei dos Mortos e*



Desaparecidos) e nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 (*Lei que instituiu o regime do anistiado político*)”.

Se não observarmos esse trecho que eu li, estaremos revogando a Lei da Anistia, a Lei dos Mortos e Desaparecidos e a Lei das Indenizações.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Tem razão.

O SR. DUARTE NOGUEIRA - Portanto, peço que S.Exa. considere isso como uma importantíssima observação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.



O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Duarte Nogueira tem razão, a observação é pertinente. Eu estava em dúvida, porque, às vezes, no processo legislativo, acatamos coisas com muita rapidez. Não sabia nem o número.

Se fosse como aditiva, tudo bem para o Governo. De fato, nos termos em que está escrita — já conferi com o Relator —, não dá para acatar. Como aditiva, tudo bem. Inclusive já existe esse trecho...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Então, V.Exa. está retirando a emenda. É isso?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Retirando a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O acordo sobre esta emenda.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - ...aquela parte inicial, a parte aditiva, se o Relator puder incorporá-la, resolverá esse problema.

Mas o Deputado Duarte Nogueira tem razão: nos termos em que está escrita, não é possível acatá-la.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem.



O SR. RUBENS BUENO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho uma emenda e a levei agora ao conhecimento do Relator, Deputado Edinho Araújo e ao Líder Vaccarezza.

Todo o trabalho da Comissão da Verdade, todo ele, durante 2 anos, tudo o que fizer, não há a destinação para ele.

Minha^[ST113] proposta é no sentido de que o relatório e tudo o que for colhido sejam levados ao Arquivo Nacional, local ideal para a sociedade brasileira, como um todo, possa tomar conhecimento dessa documentação. Minha emenda, portanto, é para dar destinação a esse acervo documental, Sr. Presidente.

Então, eu a estou colocando, nobre Deputado Edinho Araújo, Srs. Líder, sem nenhum problema de qualquer ordem. A emenda é para dar uma destinação ao relatório e a toda a documentação que a Comissão produzirá.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O projeto foi emendado.

Para oferecer parecer às emendas de Plenário, pela Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Edinho Araújo.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou discorrer sobre o histórico desse projeto — ele está na Casa desde maio do ano passado — e sobre aqueles que participaram de sua elaboração.

Permitam-me todas as lideranças e todos aqueles que participaram do processo que registre o meu agradecimento ao meu Líder, Deputado Henrique Eduardo Alves, que me concedeu a honra de relatá-lo, e a V.Exa., Sr. Presidente, que me permitiu participar desse processo e desta noite histórica da Câmara dos Deputados, quando aprecia uma matéria relevante para a memória do nosso País.

Estou convencido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que este projeto é de fundamental para a consolidação do processo democrático. Depois de tantas etapas vencidas ao longo dos últimos anos, este projeto consolida o processo democrático em nosso País.

Por isso, por economia processual, Sr. Presidente, eu gostaria de dar o meu parecer em relação às emendas.

Voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 12 e 23, rejeitando as Emendas de nºs 1 a 11 e de nºs 13 a 22.

É o meu parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.



O SR. CHICO ALENCAR - Indagação ao Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

O SR. CHICO ALENCAR - (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos aqui, tolerantes, pacientes, conciliadores, vendo que o setor conservador da Casa é sempre muito contemplado pelo Governo, mitigando ainda a Comissão que pode não trazer toda a verdade a que a população tem direito.

Como diz Galeano, assinante de um manifesto de apoio à Comissão com mais 300 intelectuais e artistas: *“Quem não se lembra do passado fica condenado a revivê-lo. A história é um profeta com olhar voltado para trás, a favor do que foi contra...”*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - E o questionamento, Sr. Deputado, que V.Exa. vai fazer?

O SR. CHICO ALENCAR - O questionamento é que o Relator ceifou absolutamente todas as nossas emendas, e há uma simples afirmação, absolutamente inconsistente, do Líder Duarte Nogueira, de que a única das nossas emendas — nossas, da Deputada Luiza Erundina e da bancada do PSOL — a ser acolhida, por proposta do Líder do Governo, também foi embora, porque ela revogaria — e que poder! — a Lei de Anistia, a Lei dos Mortos e Desaparecidos.

Ora, dizer que a Comissão deve colaborar com o poder público, no caso de apuração de violação de direitos humanos, só é revogar a Lei de Anistia — quem sabe? — no “Tunguistão”. Não entendi por que o Relator não acolheu inclusive a proposta de acordo do Líder do Governo.



Temos várias emendas. Não vou discorrer sobre elas, apenas na orientação. Para que fique registrado nos Anais da Casa, já que essa é uma Comissão que tem escopo histórico, pelo menos com relação a essa, por que ela foi rejeitada?



O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, respondendo à indagação do nobre Líder, eu gostaria de dizer que a emenda é modificativa. Portanto, altera a estrutura do projeto.

Foi com pesar que eu a rejeitei, tendo em vista que se trata de emenda modificativa e não aditiva, como as demais que foram aprovadas por mim.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Passa-se à votação.

Em votação as Emendas de Plenário nºs 12 e 23, com parecer favorável, ressaltados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADAS AS EMENDAS.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação as Emendas de Plenário nºs 1 a 11 e 13 a 22, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.



O SR. CHICO ALENCAR - Peço a palavra para fazer a orientação, Sr. Presidente.

O pessoal está com sono. Só que houve gente que, na tortura, perdeu o sono e perdeu a vida. Um pouquinho de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para orientar o PSOL, tem V.Exa. a palavra, pelo prazo improrrogável de 1 minuto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - As nossas emendas que o Relator não acolheu diziam respeito ao período de trabalho da Comissão. Como destacou o Deputado Roberto Freire, não tem cabimento se iniciar em 1946, no período de democracia representativa, com todas as limitações.

Uma comissão de apenas sete componentes não vai dar conta do trabalho. Queríamos dobrar esse número. Nós entendemos que 2 anos só é marca inflexível. Tem que haver um período de prorrogação.

A autonomia financeira e administrativa da Comissão é fundamental, e a divulgação do seu relatório para o Ministério Público e para a população, com total publicidade, sem nenhum sigilo das suas investigações, para preservar imagem de pessoa investigada, como está no texto...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

Então, o PSOL vota "não".

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação...



O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também tenho uma emenda.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sem as emendas. Sem as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Sem as emendas.

O SR. CHICO ALENCAR - Mas se vota naquela confusão habitual. O relatório foi inadmitindo as nossas emendas. Então, nós estamos votando contra a posição do Relator. Aí o Presidente decide por nós se é “sim” ou “não” aí no painel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ressalvando o destaque. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Isso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADAS AS EMENDAS.

APROVADO O PARECER DO RELATOR.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação o Projeto de Lei nº 7.376, de 2010, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO. *(Palmas.)*



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sem voto contrário declarado.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
meu aqui é declarado. Deixa de ser palhaço, o.k.? Deixa de ser palhaço. Eu sei qual
é a sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Há destaques.

O SR. CHICO ALENCAR - Deputado, eu não...

(O microfone é desligado.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Deputado Jair Bolsonaro, V.Exa. teve sua palavra garantida aqui. Esta Presidência não quer tomar nenhuma atitude no sentido de cortar a palavra de ninguém. Agora, vou pedir a V.Exas. que mantenham o devido respeito de um Parlamentar com o outro dentro da Casa.



O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, da parte do PSDB, quero solicitar, tendo em vista o acolhimento do acordo conduzido por V.Exa., a retirada dos destaques apresentados pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Os destaques do PSDB estão retirados.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Então, há um, dois, três, quatro destaques: o destaque do PV/PPS; outro destaque do PSDB, que foi retirado também; um destaque do Deputado Aguinaldo Ribeiro, do Partido Progressista — pergunto se está mantido esse destaque —, e dois destaques do PPS. Um do PPS foi retirado, que foi o do Deputado Roberto Freire. Não?

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Sr. Presidente. Aquele é outro destaque, que fala do prazo, da data de março de 1964.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Botei dois destaques para o PPS aqui também.

O SR. RUBENS BUENO - Sim, dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Mantém os dois?

O SR. RUBENS BUENO - Não, a Emenda nº 9 apenas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Emenda nº 9. Então a outra, nº 8, está retirada também?

O SR. RUBENS BUENO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O do Democratas está retirado, porque já está...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está retirado, até porque foi aprovada a emenda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Restaram quantos destaques, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Restaram dois destaques. O primeiro destaque é o do PV/PPS, em que se requer a votação em separado da Emenda nº 9 apresentada ao PL 7.376/10.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para falar a favor do destaque, tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é louvável que todo esse trabalho tenha sido feito. Somos favoráveis à Comissão Nacional da Verdade. É preciso definitivamente esclarecer muita coisa que aconteceu naquele período. Houve toda a nossa luta contra a ditadura militar.

Ela pode e deve efetivamente esclarecer ao País aquele momento escuro que vivemos. Eu quero só chamar a atenção para algo. Ouvi o Líder do Governo falar do Ministro Amorim. Não é o Ministro Amorim, não. O Ministro que conduziu todo esse trabalho foi o Ministro Nelson Jobim, com quem participamos de várias reuniões. É preciso registrar isso com verdade e com justiça e com todos aqueles que participaram efetivamente desse importante momento da vida nacional. Então, é bom que esse registro seja feito. Menciono o Deputado Genoíno e tantos outros, os Comandantes das Forças, os Parlamentares e Líderes de bancadas que participaram desse trabalho.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção de V.Exa para o seguinte: todo esse trabalho da Comissão Nacional da Verdade, todo ele, ao longo de 2 anos, a um custo do qual ainda não se tem conhecimento, todos esses documentos, tudo isso não tem uma destinação. Nós vamos continuar, e, ao final desse trabalho, o que faremos com tudo isso? Propomos que esse documento vá para o Arquivo Nacional e integre um projeto de memórias reveladas. Este é o objetivo: dar um destino a todo esse trabalho que essa Comissão desempenhará ao longo desses 2 anos.



Por isso, registramos aqui o nosso parecer favorável, da bancada, do PV, do nosso bloco com o PPS. Fazemos esta emenda para finalizar esse trabalho, colocando-o no Arquivo Nacional, para que todo o Brasil, toda a sociedade, ao longo do tempo, possa ter acesso a esses documentos.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Não há oradores inscritos para falar contra o destaque.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que são favoráveis ao destaque — portanto, votam pela aprovação da emenda — permaneçam como se acham. (*Pausa.*)



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos conversando com o Deputado Henrique Eduardo Alves e com o Deputado Paulo Teixeira no sentido de acolhermos essa emenda. A emenda remete para o Arquivo Nacional todo o trabalho da Comissão. Não há problema nenhum. Acho que nós podemos tentar aprovar.

O Deputado Henrique Eduardo Alves está conversando com o Líder Cândido Vaccarezza ao telefone. Já conversei com o Deputado Paulo Teixeira. Trata-se de remeter ao Arquivo Nacional o trabalho da Comissão. Eu acho que não precisamos rejeitar essa emenda.

Um minuto só, Sr. Presidente, para podermos conversar — o Deputado Henrique Eduardo Alves está falando com o Deputado Cândido Vaccarezza — e fazer um acordo em relação a essa emenda. Eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Podemos votá-la no Senado também depois.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, nós somos Deputados.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES - Aguarde um pouco, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA A EMENDA.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - O último destaque é o do Deputado Aginaldo Ribeiro, assinado pelo Deputado Beto Mansur.

Vão manter o destaque, Deputado?



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro, que falará a favor, para se votar em separado a Emenda nº 7.

O Deputado Paulo Teixeira vai falar contra.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Posso falar?

Deputado Marco Maia, eu peço a atenção de V.Exa. Se V.Exa. puder balançar a cabeça, eu fico feliz.

Essa Comissão vai punir algum militar? Por favor. Eu pergunto ao Plenário: do que foi tratado até agora, essa Comissão vai punir os militares? E Nilmário Miranda, vai punir? *(Pausa.)* Vai? Confirmaram que vai. V.Exas. estão botando aqui um porco-espinho no colo de Dilma Rousseff. Vai punir os militares sim.

Agora, na reunião na sala do DEM — eu seria convidado, mas não fui —, entrei, e estava lá José Genoíno. Quando eu fiz a pergunta para ele, Deputado Marco Maia, ele se calou. Eu disse: *“Genoíno, o que você quer é punir e prender o Coronel Lício Ribeiro Maciel, que o prendeu no Araguaia”*. Ele saiu da sala. *(Manifestação no plenário.)*

Estão dando risada, não é? Mas depois... Ali na frente, também o Ministro Cardozo, da Justiça, disse: *“A Comissão não vai prender ninguém”*, com deboche, como os senhores agora debocharam. Eu sei que a Comissão não vai prender ninguém, não tem poderes para isso.

Está escrito aqui que é dever do militar comparecer. Vai ser peticionado o Ministério da Defesa, o respectivo Comandante de Força. Eu citei ali o Comandante do Exército, e Cardozo disse: *“Quem vai punir vai ser o Comandante do Exército”*. Por quê? Ele está descumprindo um dispositivo legal, ele tem o dever de



comparecer. E Cardozo se calou. Genoíno fugiu, e agora o palhaço sai do circo, cai a lona.

Em onde deságua, meus colegas, a punição disciplinar ao militar reformado, como neste caso aqui? Deságua no Superior Tribunal Militar. Lá existem três tipos de sanção. É absolvido, o que não vai ser. É condenado e reformado, e não vai ser, porque já está reformado. Terceira e última hipótese: vai perder o posto e a patente, vai perder seus proventos, vai perder sua aposentadoria. A partir dali, não cumpre mais prisão disciplinar. É isto que os senhores querem: prender, cassar aposentadoria, esculachar os militares.

Deputado Marco Maia, vão prender os militares. E mais, Comandante Enzo, Comandante Saito, Comandante Moura, V.Exas. é quem vão prender esses militares da reserva, esses generais e esses coronéis com 80, 90 anos de idade.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que o nível está alto, o nível está bom, agora. Os senhores não são acostumados com... Desculpem-me.

Então, o que acontece? O regulamento disciplinar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica é uma lei, e ali se diz que ele se aplica ao militar da ativa, da reserva e ao reformado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para concluir, Deputado.

O SR. JAIR BOLSONARO - Então, eu peço ao pessoal que aprove a minha emenda, para não haver dúvida. Aqui se diz: *“É dever dos servidores públicos e dos militares colaborar com a Comissão Nacional da Verdade”*. E eu boto uma vírgula: *sendo vedados, em caso de recusa, o oferecimento de denúncia criminal e a aplicação de qualquer sanção punitiva, seja de caráter penal, administrativo ou disciplinar.*



Se não querem punir, prender os militares, aprovem esta emenda. Agora, se não a aprovarem, a farsa está desfeita aqui.



O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sei que o Deputado Genoíno não precisa disto, mas faço questão de registrar aqui minha solidariedade a ele, que trabalhou intensamente, com dedicação exemplar. Portanto, o PMDB fica solidário ao Deputado Genoíno e discorda profundamente da agressão descabida e gratuita do Deputado que fez uso da tribuna.

O Deputado Genoíno tem o nosso aplauso e a nossa homenagem, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Muito bem.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, que falará contra a emenda.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, de forma preliminar, abordar a questão levantada pelo Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O Deputado Genoíno sempre foi um homem generoso, um homem que lutou pelo Brasil e nunca guardou mágoa durante a sua história. (*Palmas.*) Portanto, quero me solidarizar com ele, diante dessa fala feita aqui em relação ao Deputado Genoíno. Ele não faria uma lei com objetivo tão pequeno como aquele proposto pelo Deputado.

Em segundo lugar, quero dizer que o Deputado se equivoca, porque o art. 11 desse projeto de lei diz o seguinte:

“Art. 11 A Comissão Nacional da Verdade terá prazo de dois anos, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.”

Essa comissão da verdade não tem poderes judiciais, como não teve na Argentina, como não teve no Chile, como não teve na África do Sul. É a comissão da reconciliação. É a chamada justiça de transição.

Aproveito a oportunidade para abordar dois outros aspectos sobre o período de 1946 a 1988. Esse período é tão largo assim porque é entre as duas Constituições, mas todos sabem que as violações foram praticadas entre os anos de



1968 e 1978, 1980, mil novecentos e pouco. Portanto, esse é o período a ser investigado.

Em relação ao número de pessoas que constam da Comissão, digo que a comissão do Chile teve oito membros; a comissão da Argentina, onde houve 30 mil violações, teve 13 membros; a comissão da Guatemala e a de El Salvador, 3 membros; a do Peru, 12 membros.

Eu acho que estamos votando um projeto histórico nesta noite e dando uma contribuição para se escrever um trecho da história brasileira que o Brasil não conhece — não foi escrito —, sobre o qual vamos agora nos debruçar para entregar ao País os esclarecimentos daquele período e buscar o paradeiro dos desaparecidos, a fim de que suas famílias possam enterrá-los e fazer esse rito de passagem. *(Palmas.)* É histórico!

Parabéns, Deputado Marco Maia! Parabéns aos Líderes! Parabéns às Sras. e aos Srs. Deputados! Parabéns ao Ministro Celso Amorim!

Quero também fazer justiça ao trabalho do Ministro Nelson Jobim, ex-Ministro da Defesa, do Ministro José Eduardo Martins Cardozo, da Ministra Maria do Rosário e da Presidenta Dilma Rousseff.

Teremos agora uma legislação que permitirá que o Brasil passe por essa fase, que é uma fase necessária. Assim poderemos esclarecer tudo o que aconteceu naquele período.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA A EMENDA.



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos
a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu voto contra, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal. *(Palmas.)*



O SR. OSMAR TERRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na última votação nominal.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.



O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Antes de encerrar, Sr. Presidente, um minuto.

Sr. Presidente, quero fazer a minha homenagem às famílias dos mortos e desaparecidos do nosso Brasil que tanto lutaram pela democracia. Elas lutam para saber do paradeiro dos seus filhos.

Eu me esqueci, mas gostaria de fazer, de memória, uma homenagem a algumas pessoas. Quero homenagear o ex-Ministro Paulo Vannuchi, que tanto lutou para que aprovássemos esta matéria neste momento e tomássemos essa decisão; o ex-Ministro Paulo Sérgio Pinheiro, todos os Ministros do Governo anterior, do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em nome deles, faço uma homenagem a todos os que ajudaram essa construção para que chegássemos aqui nesta noite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. IRAJÁ ABREU - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não.

O SR. IRAJÁ ABREU (DEM-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhei o Democratas na última votação.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil comemora, em 11 de setembro, o Dia Nacional do Cerrado. Apesar de ser um dos mais importantes biomas brasileiros, a data não mereceu comemorações de destaque, passando praticamente despercebida pela população brasileira. A criação da data comemorativa encheu de esperança os corações de ambientalistas, pois acreditavam que seria seguida de políticas públicas voltadas para a preservação dessa riqueza ambiental. Entretanto, muito pouco foi feito, e hoje o Cerrado corre sérios riscos de extinção.

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, uma área de aproximadamente 21% do território nacional, abrangendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal. É considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo, possuindo cerca de 10 mil espécies de plantas, das quais 4.400 são endêmicas, ou seja, não encontradas em outros locais do Planeta. A sua fauna também é bastante diversificada — mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes fazem parte das cerca de 2.500 espécies de vertebrados identificados no bioma, isso sem contar os insetos.

Em seu domínio, encontramos a maior riqueza hídrica do Brasil, haja vista que 78% da água que abastece a Bacia Amazônica vêm de rios que nascem no Cerrado e 50% das águas da Bacia do São Francisco têm origem nas suas nascentes. Trata-se, portanto, da maior fonte geradora de água doce do País. Além



disso, abriga o maior reservatório de água doce subterrânea da América do Sul e o segundo maior do mundo: o Aquífero Guarani.

Possui também uma grande importância social, pois muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, comunidades quilombolas e povos tradicionais que, juntos, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

Com tanta riqueza socioambiental, nada mais natural que ele seja adequadamente protegido, assim como a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, que obtiveram, a partir da Constituição de 1988, a condição de patrimônios nacionais — um *status* que garante a esses biomas condições especiais de preservação de seu meio ambiente e de seus recursos naturais. Entretanto, ainda não conseguimos elevar o Cerrado à condição de patrimônio nacional.

Sr. Presidente, a minha preocupação com a preservação do Cerrado não é de hoje. Na Constituinte de 1988 participei de calorosas discussões sobre a importância e a conveniência de garantir ao bioma a devida proteção. Apresentei emendas à Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente no sentido de proteger a sua fauna e sua flora, além de propor a definição de espaços territoriais, em todas as Unidades da Federação, a serem protegidos em razão de sua importância ecológica, especialmente no Centro-Oeste brasileiro. Como essas propostas não foram acatadas em sua integridade, a solução do problema foi postergada — um grande prejuízo para o Brasil.

A discussão sobre essa questão tem sido retomada de tempos em tempos. Atualmente, dentre as várias propostas que tramitam no Congresso Nacional,



destaco a PEC nº 115/1995, de autoria do Deputado Gervásio Oliveira, que já recebeu parecer da Comissão Especial e se encontra à disposição da Mesa para ser discutida e votada em primeiro turno e que conta com o meu total apoio. A aprovação dessa proposta é fundamental para a preservação do Cerrado, haja vista que serão garantidos mais recursos para evitar as conhecidas pressões do setor agrícola — desmatamento extensivo, degradação do solo, assoreamento dos rios e contaminação ambiental —, bem como para a implantação de novas Unidades de Conservação, como forma de aumentar a preservação da cobertura vegetal de importância ecológica.

Além dos efeitos nocivos da expansão agrícola, o Cerrado vem sofrendo com um fenômeno devastador: o fogo. Apesar de o bioma, como sugerem alguns cientistas, ser um “clímax do fogo”, e o fogo ser reconhecido como importante agente ecológico pelos aspectos comprovados de renovação da vegetação e pela quebra de dormência das sementes, as queimadas dessa temporada atingiram proporções assustadoras, com um aumento de 255,5% em relação a 2010. Especialmente em Brasília, foram registrados, entre maio e setembro deste ano, incêndios que destruíram, segundo o Corpo de Bombeiros, uma área de 32 mil hectares.

Os prejuízos foram imensos. O fogo destruiu a Área de Proteção Ambiental do Gama e Cabeça de Veado, situada a 30 quilômetros ao sul do centro da Capital Federal. A área tem aproximadamente 25 mil hectares e engloba áreas urbanas, rurais, de preservação e de experimentação, como o Jardim Botânico de Brasília — dezenas de trabalhos científicos desenvolvidos por mestres e doutores foram dizimados pelo fogo, com uma perda incalculáveis para a pesquisa científica



nacional.

Outra área atingida foi a Floresta Nacional de Brasília. A Flona candanga é uma das principais unidades de conservação do DF, pois, além de preservar fauna e flora do Cerrado, abriga cursos d'água que formam a Bacia do Rio Descoberto, responsável pelo abastecimento de mais da metade da população brasiliense. A primeira avaliação é de que cerca de 70% dos 9,3 mil hectares da unidade foram queimados.

O tráfego aéreo da Capital correu perigo. Um incêndio de grandes proporções atingiu área próxima à Base Aérea de Brasília e ao Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, colocando em alerta as autoridades, haja vista que poderia paralisar as atividades de pouso e decolagem.

A população também sofreu. Dados impressionantes, que equiparam o índice de poluição do ar da cidade de Brasília ao da capital paulista, dão a medida da crise por que passamos. Sob um índice de umidade do ar que tem estado abaixo dos 20% — segundo a Organização Mundial de Saúde, configura estado de alerta —, cresceu a procura pela emergência dos hospitais por pessoas com doenças respiratórias e problemas oculares.

E o que mais causa espanto, Sr. Presidente, é que, ainda hoje, uma das principais causas de incêndios continua sendo o descuido do cidadão, seja porque queima lixo em locais inadequados, seja porque joga pontas de cigarro em qualquer lugar, sem preocupação com o meio ambiente. Nesse sentido, projeto de lei de minha autoria proíbe o uso de cigarros e demais derivados de tabaco na área de Parques Nacionais e outras Unidades de Conservação.

Há também fortes indícios de que incêndios tenham sido resultado de ação



criminosa. Posseiros, grileiros estão na mira da Polícia Federal que, a pedido do Instituto Chico Mendes, investiga as ocorrências. O sistema de prevenção a queimadas não tem conseguido monitorar adequadamente a ação desses criminosos, e possivelmente devem ser repensadas as ações preventivas a ser implementadas nos períodos de seca.

Assim, entendendo a importância do tema para a população do Distrito Federal, estou apresentando à Comissão de Meio Ambiente desta Casa requerimento solicitando audiência pública com o objetivo de discutir os prejuízos causados pela última temporada de incêndios, o Plano de Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais do Governo Distrito Federal e as medidas necessárias para adequá-lo a essa nova realidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. BETO FARO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem participei de audiência com o Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para discutir temas de relevância para o desenvolvimento do Pará.

Participaram da reunião lideranças políticas de partidos do Governo e da Oposição, empresários, Prefeitos e o próprio Governador do Estado, Simão Jatene, do PSDB.

Na realidade, essa reunião foi simbólica do caráter republicano que vem sendo a marca da gestão federal desde o primeiro Governo Lula. Indiferente da posição política dos governantes, a Presidente Dilma não apenas orientou, mas cobra postura magnânima de todos os seus auxiliares, tendo em vista o atendimento igualitário do interesse da população brasileira em qualquer lugar do País.

Fiz questão de acompanhar a audiência, não apenas em cumprimento a uma responsabilidade protocolar, enquanto Deputado Federal e coordenador da bancada do Pará, mas pelo compromisso assumido, neste meu segundo mandato, de me engajar com as forças políticas do Estado em toda e qualquer iniciativa que tenha como objetivo criar as condições para o desenvolvimento econômico do Pará.

Não que agia diferente antes, mas é que acredito que, após os dois Governos do Presidente Lula, finalmente foi configurado momento histórico quando foram criadas as bases concretas para um ciclo longo de desenvolvimento do Estado, e o futuro cobrará dos seus representantes atuais caso desperdicemos esse momento.

O Pará hoje é a fronteira energética, mineral e potencialmente a nova fronteira agrícola do Brasil, graças, preponderantemente, aos efeitos propulsores da dinâmica do desenvolvimento local ocorridos nos Governos do Presidente Lula, por



meio da disseminação de investimentos em infraestrutura, educação, formação profissional etc.

Consciente dessa posição diferenciada, logo no início desta Legislatura o meu mandato publicou separata explorando o que julgamos como os eixos e diretrizes para o desenvolvimento econômico do Pará.

Em seguida, sem prejuízo das demais iniciativas inerentes à atividade parlamentar federal, implementamos uma série de proposições convergindo para esse objetivo. Dentre elas, destaco o projeto de lei que altera de forma substancial a legislação que rege as taxas e destinações dos recursos relativos à compensação financeira sobre a atividade mineral.

Devemos reconhecer, e o Governo da Presidenta Dilma já o fez, que nas bases atuais essa legislação é extorsiva de Estados como o Pará, no qual são gerados bilhões de dólares na maior parte drenados para fora do Estado.

Tenho discutido em várias esferas a compensação adequada e justa para o Pará pelo seu papel estratégico na garantia da segurança energética do Brasil, com a oferta de energia limpa para o desenvolvimento das demais regiões do País.

De acordo com a proposta de Plano Plurianual recém-chegada ao Congresso, para o período 2012 a 2015, serão implantadas 23 usinas hidrelétricas em todo o Brasil, as quais, no conjunto, adicionarão 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica. Desse total, 67.3% serão originários da Região Norte, sendo o Pará o grande fornecedor dessa energia com as usinas de Belo Monte, Cachoeira dos Patos, Jamanxim, Jatobá, Marabá, Santo Antônio do Jari, São Luiz do Tapajós, e Teles Pires, junto com Mato Grosso.

A audiência de ontem com o Ministro dos Transportes se encaixa nessa



estratégia pelo engajamento em prol o desenvolvimento do Estado, e resultou de uma demanda coletiva de forças situacionistas e governistas.

Quatro pontos constituíram o eixo das discussões com o Ministro. O primeiro girou em torno da necessidade de viabilizarmos, o mais rápido possível, a conclusão da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Ainda quando constava do PAC, o Governo Federal já havia aportado alguns bilhões nessa obra para criar um corredor de transporte intermodal na Região Norte, estratégica para as finalidades do desenvolvimento do conjunto do País.

O Presidente Lula, acompanhado da Presidenta eleita, inaugurou no dia 30 de novembro de 2010 a restauração da navegabilidade do Rio Tocantins, com a inauguração das eclusas, o que permitirá a total implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, ligando o Porto de Belém à região do Alto Araguaia, no Estado do Mato Grosso, numa extensão de aproximadamente 2 mil quilômetros.

Antecedendo esse estágio da obra, ainda em fevereiro de 2010 o Governo Lula determinou a liberação de R\$520 milhões para o deslocamento das rochas que inviabilizavam a navegabilidade do Rio Tocantins.

O Ministro Passos reafirmou o compromisso do Governo com a conclusão da hidrovia, o que consolida a posição do Governo Federal nesse empreendimento fundamental na perspectiva nacional e em especial para o desenvolvimento do Pará.

Mas, nesses tempos de restrições fiscais, em função da crise econômica global, será necessária uma boa engenharia para o financiamento das obras restantes. Durante a reunião, foi cogitada pelo próprio Ministro a possibilidade de um diálogo com a Companhia Vale para participar do financiamento.

Esta não será a única possibilidade a ser considerada pelo Governo. Mas



entendo, assim como os demais participantes da audiência, que a Vale deve sim, pelos lucros estratosféricos que obtém no Pará, ter uma participação mais substancial no financiamento do desenvolvimento do Estado. No entanto, desde que a participação da empresa não resulte em qualquer privilégio para a empresa.

O outro ponto principal das negociações com o Ministro dos Transportes foi a plena recuperação da Rodovia PA-150, o que inclui a efetivação da sua federalização no trecho Marabá-Redenção, para transformá-la na BR-155, conforme assim cogitado no PAC 2.

Sobre esse ponto, ficou acertada com o Governo do Estado a finalização desse processo e, de imediato, o Governo Federal arcará com os custos de recuperação mínima desse trecho cuja trafegabilidade encontra-se em estado bastante precária. E, no próximo ano, teremos mais investimentos para a recuperação completa da rodovia.

Vale ressaltar que essa rodovia também é fundamental para as estratégias de desenvolvimento do Pará, por facilitar o escoamento da produção do sul, sudeste e nordeste do Pará para o mercado externo, através do Porto de Vila do Conde, integrando os Municípios por onde passa e adjacências. Afora esse alcance, a rodovia é decisiva para o desenvolvimento do turismo interior do leste do Pará.

Outro ponto discutido com o Ministro foi o Porto de Marabá. Ainda em janeiro de 2010, o Governo do PT deu os primeiros passos na execução desse projeto que ocupará área de 370 mil metros quadrados, localizada à margem do Km 14 da Rodovia Transamazônica, no Município de Marabá. Essa obra do Porto de Marabá já fazia e continua fazendo parte do planejamento de Governo do Estado e prevê a construção de uma Plataforma Logística Intermodal de Transporte, que deverá



operar numa linha composta ainda pela Hidrovia Araguaia-Tocantins, alcançando ainda o Porto de Vila do Conde em Barcarena.

Em reconhecimento à importância da obra, o Ministro afirmou que o Governo já orçou os recursos (cerca de R\$6,2 milhões) para a elaboração dos projetos de construção e de elaboração do estudo do EIA/Rima.

Por fim, foi discutida com o Ministro a ligação da BR-163 (Santarém-Cuiabá) com Macapá, projeto que possibilitará a interiorização do desenvolvimento em extensas áreas do Pará e do Amapá. Essa demanda foi formulada desde o Governo anterior do Estado do Pará. Novamente demonstrando apoio irrestrito às reivindicações do Estado, o Ministro assumiu o compromisso de avaliar a participação do Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, me sinto honrado em participar e, de certa forma, liderar esse movimento político suprapartidário do Estado que almeja um verdadeiro mutirão em prol do desenvolvimento paraense.



O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta tribuna para manifestar o anseio de toda a população brasileira, que clama por melhorias na área da saúde pública, condições apropriadas de atendimento nos postos de saúde e hospitais. É nesse sentido que reafirmo o meu compromisso em prol da aprovação da proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que prevê os índices mínimos para a aplicação em saúde por parte da União (10%), dos Estados (12%) e Municípios (15%).

Parabenizo a decisão deste Parlamento de colocar definitivamente em votação essa matéria, que está tramitando desde 2000. A regulamentação da Emenda 29 é importante para garantir mais recursos e investimentos na área da saúde do nosso País.

Uma das grandes conquistas do povo brasileiro foi o Sistema Único de Saúde (SUS), aprovado na Constituição de 1988. Trata-se de um direito da população. No entanto, os brasileiros sofrem com as precárias condições na área de saúde. Extensas filas em hospitais e nas unidades básicas, a superlotação nas instituições, as reclamações de baixos salários para os funcionários, falta de leitos em emergências e a infraestrutura precária na área da saúde retratam a realidade do País, que não detém qualidade efetiva na área da saúde que dê tranquilidade à população.

Portanto, certifico que a votação da regulamentação da Emenda 29 representa um novo alento aos brasileiros, que não suportam mais ter que mendigar um atendimento com qualidade e respeito.

É a emenda da saúde que garante o que hoje já é feito por parte das



Prefeituras Municipais. Na proposta, nós temos a determinação de aplicação na saúde de um mínimo de 15% do orçamento dos Municípios, que já estão aplicando de 20% a 22% de seus orçamentos, portanto, cumprindo a lei. No entanto, ainda os Governos Estaduais não seguem os índices, utilizando muitas vezes a metade desses recursos. Deveriam usar 10% e estão utilizando em média 5% a 6%. E temos o Governo Federal, que deverá colocar 10% e hoje está colocando em média 5% a 6%. Vê-se assim o motivo da ausência de recursos para a saúde.

Estamos confiantes — inclusive é ação da Frente Parlamentar da Saúde — em que a regulamentação estabeleça com clareza os serviços e ações para esta área, evitando-se assim o desvio de recursos para outros setores.

Apesar de o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante a Comissão Geral que debateu exclusivamente a EC 29, realizada no dia 20 de setembro, ter admitido que o Brasil necessita de mais de 45 bilhões de reais para o Sistema Único de Saúde, com a regulamentação da emenda, a obrigação de a União aplicar o equivalente a 10% de suas receitas em saúde resultaria no investimento aproximado de 31 bilhões de reais por ano no SUS.

O *Jornal Pioneiro*, de Caxias do Sul, apresenta matéria, na edição do dia 21 de setembro, apontando que o Rio Grande do Sul é o último Estado no País em investimentos no setor da saúde, conforme levantamento do Ministério da Saúde. Em 2009, o Governo do Rio Grande do Sul destinou à área somente 5% da receita, enquanto o mínimo previsto em lei é de 12%. Naquele ano, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Pará também investiram menos do que o estipulado pela Emenda 29. Juntos, esses nove Estados e o Rio Grande do Sul deixaram de aplicar cerca de 10 bilhões de reais no setor,



conforme estatística divulgada no dia 19 de setembro, no jornal *Folha de S.Paulo*.

Os números gaúchos são reforçados por um estudo do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que revelou terem deixado de entrar na saúde 6 bilhões de reais nos últimos 10 anos, cálculo que considerou o valor exigido e o efetivamente gasto.

Conforme a reportagem, o Secretário Estadual de Saúde, Ciro Simoni, informa que o Governador Tarso Genro projeta para o próximo ano investimento abaixo dos 12% requeridos. Em 2012, a previsão orçamentária é de 7,37%. O Governador disse que vai recuperar esse índice ano a ano, com no mínimo 1 ponto percentual a mais para conseguir cumprir a Emenda 29 até 2014.

A questão da saúde é uma necessidade imperiosa. Portanto, é de fundamental importância votarmos a favor da regulamentação da Emenda 29, para que os setores públicos sejam contemplados com mais recursos para a saúde.

Passo a tratar de outro assunto, Sr. Presidente. Com uma intensa programação em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a Semana Farroupilha se encerrou no dia 20 de setembro com a grandiosa comemoração do Dia do Gaúcho, data em que, no ano de 1835, deflagrou-se a Revolução Farroupilha, a que também se dá o nome de Guerra dos Farrapos, a mais longa revolta civil por que já passou a Nação brasileira.

Anualmente participo, com muita honra, desse momento de afirmação e de altivez do povo gaúcho, consciente dos valores que o inspiram, ontem como hoje, a lutar pela dignidade humana, pelo desenvolvimento econômico e pela justiça social a que todo cidadão tem direito.

Neste ano, não foi diferente. Particpei de extensa programação farroupilha, desde a última semana. Estive nos Municípios de Campinas do Sul, Getúlio Vargas,



Paulo Bento, Jacutinga, Estação, Piratini (primeira capital farroupilha), Cerrito, Herval do Sul, Hulha Negra, Aceguá, Dom Pedrito e Bagé. Visitei Acampamentos Farroupilhas, Centros e Piquetes de Tradições Gaúchas, prestigiei Gineteadas e participei de desfile tradicionalista. A dedicação dos gaúchos em reforçar os valores e costumes mostra como somos ligados em nossas raízes.

A par da grande festa, a Semana Farroupilha enseja também ao nosso povo conhecer melhor e mais profundamente a bela história do Rio Grande, como se vê pelos temas propostos para este ano, aprovados pelo Congresso do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Símbolo maior da grandeza e da importância desses eventos é, sem dúvida, o Levante dos Farrapos, que expressa, como nenhum outro episódio, a natureza e a essência do “ser gaúcho”, do haver nascido nos Pampas, do crescer na vastidão das coxilhas e do viver no extremo sul do Brasil.

Esse, o sentimento com que participamos da Semana Farroupilha e da comemoração, em 20 de setembro, do Dia do Gaúcho. Há 176 anos, o nosso povo deu uma admirável demonstração de coragem pessoal e de grandeza histórica, como protagonista de um movimento que enobrece o Rio Grande do Sul e honra o povo brasileiro.

Peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna registro um marco histórico para o nosso Brasil no cenário internacional: pela primeira vez, numa Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, uma mulher faz o primeiro pronunciamento, abrindo assim a solenidade e mostrando aos outros países o que pensa e no que pretende contribuir no cenário internacional.

A Presidenta Dilma, também a primeira mulher eleita Presidente no Brasil, com altivez e competência, fez um exemplar discurso, afirmando os objetivos diplomáticos do País que governa, demonstrando maturidade política no cenário internacional.

De forma corajosa e sincera, a Presidenta Dilma falou da sua história e trajetória, que é simbolizada pela consolidação da democracia no Brasil.

Senhoras e senhores, o mundo vive hoje uma das suas mais profundas crises econômicas. Os Estados Unidos, em profunda recessão, buscam solucionar problemas antes vistos somente nos ditos países do Terceiro Mundo ou periféricos. Desemprego, programas assistências, falta de moradia, crise alimentar, aumento do número das pessoas abaixo da linha de pobreza, dentre outras mazelas criadas pelo capitalismo financeiro.

A Europa, com crise de valorização do euro, vive os mesmos problemas, agravados pelas diferenças culturais e o crescente xenofobismo e preconceito com outros povos.

É nesse cenário que a delegação brasileira na ONU, chefiada pela Presidenta Dilma, se apresenta.

Senhoras e senhores, no seu discurso, a Presidenta deixa claro que além da



crise econômica, o mundo vive uma crise política. A falta de determinação clara, caracterizada pela concentração de poder, tenta por à margem países que podem contribuir para a solução, e nesse caso um exemplo claro é o Brasil. E a Presidenta deixou claro que o Brasil optou pelo melhor e mais eficiente mecanismo de desenvolvimento, que é o combate frontal à pobreza.

Assim, Sr. Presidente, o Brasil demonstra capacidade de articulação, competência na sua administração e solidariedade na solução de problemas mundiais.

A Presidenta Dilma orgulha o seu País, honra todas as mulheres brasileiras, dignifica os homens do nosso Brasil e planta esperança no coração da juventude.

Parabéns, Presidenta Dilma!



O SR. PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso desta tribuna para registrar a passagem do Dia da Árvore. Não sendo possível uma homenagem convencional a um ser desprovido de inteligência, gostaria de falar sobre a árvore neste dia que se convencionou chamar de Dia da Árvore.

A árvore, sozinha, pode ser um complemento verde em uma residência; no pasto, fornece abrigo aos animais; em conjunto, pode formar uma floresta ou, dependendo da formação, uma mata fechada.

Sabemos que com seu mecanismo de fotossíntese renova os gases essenciais à vida, com a troca de oxigênio por gás carbônico. O papel que uso para escrever vem dela, assim como tantos produtos que derivam de seu tronco. De suas folhas extraímos vários medicamentos, e de seus galhos colhemos os melhores frutos.

Enfim, com tantas qualidades, aproveito o momento e peço aos meus irmãos seres humanos que evitem cortar e tirar a vida de tão frondosas companheiras.

Parabéns, árvore!

Sr. Presidente, quero também homenagear todos os radialistas deste nosso País. Radialista é a profissão cujo nome nos conduz a um aparelho mágico que nos acompanha em todos os lugares — no carro, no trabalho, em casa, no lazer, enfim —, com um entretenimento variado, alcançando os mais longínquos lugares onde exista uma pessoa.

Geralmente, o profissional do rádio possui um rosto oculto. A imaginação dos ouvintes molda sua figura através do timbre de sua voz. Cogitou-se, com o advento de televisão, que o rádio seria extinto. O tempo contrariou essa teoria, e o rádio hoje



continua o meio mais importante de comunicação de massa. Nem mesmo a Internet, com toda a sua tecnologia de ponta, conseguiu abalar o prestígio e a força do rádio.

Finalizo externando meus mais fraternos votos de sucesso a todos os radialistas, dando-lhes parabéns pela passagem deste dia.

Muito obrigado.

Solicito que se divulgue este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.



O SR. AUREO (Bloco/PRTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, Dia Nacional de Luta das Pessoas Portadores de Deficiência, venho a esta tribuna parabenizar esta Casa e me congratular com os nobres Parlamentares Deputada Rosinha da Adefal, Mara Gabrilli e Walter Tosta.

Esta Casa representa o povo brasileiro, e nada mais legítimo que representantes de cerca de 15% de nossa população de pessoas com deficiência estarem em nosso meio.

Parabenizo o Presidente Marco Maia por preparar e adequar a Casa do povo para receber não só os Deputados como os cidadãos deficientes com um mínimo de conforto.

Mas é preciso mais, muito mais. É preciso que esta inclusão saia desta Casa e chegue a todos os lares de milhares de brasileiros que ainda vivem à margem da sociedade.

É preciso que a inclusão saia do mundo jurídico e chegue ao dia a dia de tantas famílias.

Sim, Sr. Presidente, a inclusão sem utopia, mas que ações do poder público — em nível municipal, estadual e federal — sejam capazes de permitir que deficientes andem por calçadas sem tropeçar, que frequentem escolas preparadas para recebê-los com cuidadores e profissionais que tenham tido a oportunidade de se preparar para lidar com a diferença.

Sr. Presidente, que estes cidadãos cheguem aos hospitais e sejam atendidos com um mínimo de dignidade. Que possam utilizar um transporte público de qualidade. Que tratamentos simples como fisioterapia, fonoterapia, por exemplo, não



sejam só para os mais abastados. Que atos simples para nós, a maioria, sejam possíveis para os diferentes, na medida de suas diferenças.

Espero, Sr. Presidente, que esta Legislatura deixe marcada a luta verdadeira pela inclusão de deficientes, não só fazendo leis, mas fazendo cumprir leis através do trabalho de cada um de nós em nossas bases, em nossa cidade, em nossos lares. Esta é uma causa suprapartidária e com certeza, por unanimidade, a vontade da mudança será aprovada.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentavelmente venho utilizar esta tribuna para denunciar a vergonha em que se encontra a cidade de Duque de Caxias.

Hoje os cidadãos caxienses foram representados em todos os telejornais pela família de um rapaz que, depois de sofrer um acidente doméstico, não conseguiu ser atendido em nosso Município e teve que rodar 80 quilômetros para encontrar um hospital.

Este é o retrato do descaso porque passa a saúde pública em Duque de Caxias. Não temos remédios, não temos médicos e não temos atendimento de urgência e emergência.

Estamos falando, Sr. Presidente, de um Município com quase 1 milhão de habitantes, que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tem o segundo maior PIB do Estado do Rio de Janeiro.

A cidade ocupa o segundo lugar no *ranking* de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado, perdendo somente para a capital.

Recebeu do Ministério da Saúde, em 2010, 111 milhões de reais. Em 2011



mais de 70 milhões. Será insuficiente para que os contribuintes possam ter um mínimo de dignidade no atendimento?

Esta Casa está de parabéns por pautar a votação da Emenda 29. Mas não adianta somente aprovarmos um percentual mínimo. Temos que ter governos Municipais comprometidos com o povo para utilizar seus recursos de maneira séria, responsável.

Sr. Presidente, apresentei na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da qual sou membro, requerimento de proposta de fiscalização financeira e controle, para que, com a ajuda do Tribunal de Contas da União, possamos fiscalizar todos os recursos repassados pelo Governo Federal para o Município de Duque de Caxias.

Espero que esta Casa não se omita, a fim de darmos uma resposta aos cidadãos que sofrem diariamente nas filas dos hospitais em Duque de Caxias

Era o que tinha a dizer.



O SR. ARNALDO JORDY (Bloco/PPS-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Conferência Mundial de Coligação contra o Tráfico de Mulheres de 1999, que aconteceu em Dhaka, Bangladesh, escolheu o dia 23 de setembro como o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

Este dia foi escolhido para lembrar a promulgação da primeira lei que puniu com penas de 3 a 6 anos de prisão quem promovesse ou facilitasse a prostituição e corrupção de menores de idade.

Foi uma homenagem a Lei nº 9.143, do ano de 1913, promulgada na Argentina, conhecida como Lei Palacios, que foi a primeira com essas características no mundo.

O tráfico humano para exploração sexual é a terceira maior fonte de renda ilegal do mundo, e o Brasil é o maior exportador das Américas.

A Organização das Nações Unidas, através do Secretário-Geral Ban Ki-moon, solicitou a todos os países a implementação do Plano de Ação Global contra o Tráfico de Pessoas. Uma das principais ações é coordenar ações em todos os níveis para lidar com este fenômeno em âmbito internacional.

No âmbito do MERCOSUL está em execução o Projeto Regional de Combate ao Tráfico de Pessoas, intitulado Capacitação para a Prevenção do Tráfico na Região do MERCOSUL, que envolve países como Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e Paraguai. Esta iniciativa visa reforçar um processo de regionalização para enfrentar o fenômeno e facilitar a colaboração entre agências para enriquecer as propostas de ação, especialmente considerando o grande impacto do tráfico na área.

O Brasil é país de origem, destino e trânsito de tráfico de pessoas, segundo



dados divulgados pela Secretaria Nacional de Justiça, ligada ao Ministério da Justiça, no dia 18 de agosto de 2010. Cada ano cerca de 60 mil brasileiros são vítimas da rede internacional de tráfico de pessoas. A grande maioria das vítimas são mulheres de família de baixa renda, com 18 a 25 anos de idade, traficadas para fins de exploração sexual. Os principais destinos são Espanha, Portugal e Suíça.

A jornalista Priscila Siqueira, em recente artigo, diz que *“o criminoso declara que é melhor vender mulher a drogas e armas, porque drogas e armas só se vendem uma vez e a mulher pode ser revendida até morrer ou ficar louca”*.

No Pará, meu Estado, a luta é interminável. O tráfico de mulheres, menores que são exploradas, abusadas, é uma constante. A exploração e o agenciamento de menores nos presídios do Estado; a exploração nos garimpos, especialmente na região da BR-163, assim como a ausência de políticas duradouras e consistentes que garantam o atendimento às crianças e aos adolescentes vitimizados; a responsabilização dos acusados; a prevenção de novos fatos e a conscientização da sociedade para proteger os direitos de seus meninos e meninas, demonstram que as dificuldades são grandes.

Destaco, finalmente, que o relato dos casos é sempre acompanhado pela constatação de que não há uma rede de prevenção, mobilização, responsabilização e atendimento capaz de minimizar os efeitos dos crimes sexuais. No dia 23 de setembro, lembro que, no Pará e regiões próximas, muito ainda há que ser feito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quase 4 anos depois do caso de Abaetetuba, onde uma menina de 15 anos que ficou conhecida no Brasil pela inicial L., que passou 26 dias em uma cela, com 30 homens, a situação volta a se repetir.

Uma menina de 14 anos teria passado 5 dias sendo abusada sexualmente e



espancada por detentos da Colônia Agrícola Heleno Fragoso, unidade penal de regime semiaberto, na cidade de Santa Izabel do Pará, que fica distante 50 quilômetros de Belém.

No fim da madrugada de sábado, dia 17 do corrente, uma menina de 14 anos procurou a Polícia Militar, às margens da BR-316. A Polícia encaminhou a jovem para o Conselho Tutelar, que colheu os relatos, em seguida encaminhou a jovem adolescente à Delegacia de Atendimento ao Adolescente — DATA, em Belém, onde prestou depoimento e foi submetida a exames de lesão corporal e conjunção carnal.

A criança foi encaminhada para um abrigo, tendo em vista ter fugido de casa em julho, e não tem, atualmente, mantido contato com a sua genitora.

Conforme relato prestado pela adolescente, ela foi aliciada por uma mulher de 25 anos, na praia do Outeiro. A aliciadora, ao que foi veiculado pela imprensa, teria intermediado o contato da jovem com um detento identificado como Faísca, no dia 12 do corrente.

Também relatou que entrou por conta própria na unidade prisional para encontrar com Faísca, acompanhada de mais duas adolescentes. Chegando ao local, disse no relato que elas foram drogadas, alcoolizadas, espancadas e obrigadas a manter relações sexuais com vários detentos. Depois de 5 dias a adolescente informou que conseguiu fugir.

Conforme informações veiculadas pelo Delegado Fabiano Amazonas, da DATA, as outras adolescentes não foram encontradas, e o caso está sendo investigado sob sigilo de Justiça. O Sr. Ariel de Castro Alves, Vice-Presidente da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente, da Ordem dos Advogados do Brasil, criticou a falta de controle nas unidades penitenciárias.



O que é apresentado trata-se de mais um caso de exploração sexual, e a rede de exploração que age na Colônia Heleno Fragoso deve ser investigada e coibida. Temos cobrado da Justiça atendimento prioritário para crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de que os culpados não fiquem impunes.

Destaco que o Pará é um dos primeiros em exploração sexual de crianças e adolescentes, crime contra o qual a Justiça precisa agir com rigor, para que não fique impune.

Situações como as de Abaetetuba e Santa Izabel do Pará são inadmissíveis e mostram a fragilidade que vive a juventude paraense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em parceria com o Ministério da Saúde, realiza entre os dias 11 e 24 de setembro a Semana do Peixe. A 8ª edição da campanha tem como principal objetivo incentivar o brasileiro a consumir pescado regularmente, com foco na alimentação saudável.

Serão distribuídas cartilhas aos consumidores em todo o País contendo informações sobre os benefícios que o consumo de pescado proporciona à saúde, além de orientações sobre como verificar a qualidade do produto na hora da compra, como limpar o pescado e diversas receitas regionais e melhoradas nutricionalmente, com quantidades reduzidas de sal e de gorduras. Serão distribuídos ainda cartazes para serem afixados em bares, restaurantes e supermercados participantes da campanha. E haverá também o envolvimento das redes de saúde e da vigilância sanitária local.

De acordo com o Departamento de Economia e Pesquisa da ABRAS, as vendas de pescado em 2010 apresentaram crescimento com relação ao ano de 2009, numa média de 2%. As vendas de pescados no período da Semana do Peixe também apresentaram alta. Os números subiram de 14,4%, em 2009, para 15,2%, em 2010, lembrando que este crescimento costuma variar, a depender da região.

Desde 2003, a ABRAS — Associação Brasileira de Supermercados participa da campanha e também contribui para a organização das ações nos Estados, através de suas associações regionais, que mobilizam diretamente os supermercados. Tradicionalmente, fornecedores e supermercadistas entram em acordo durante a Semana do Peixe e realizam promoções de pescado.



Em vários Estados, durante a Semana do Peixe, pescadores e aquicultores comercializam suas produções diretamente com os consumidores finais. A aproximação dos pescadores e aquicultores com os consumidores é uma das metas do Ministério da Pesca e Aquicultura, que está implantando no País Terminais Pesqueiros Públicos (TPP), Centros de Integração da Pesca Artesanal (CIPAR), distribuindo Kits Feira, e Caminhões Feira do Peixe, além de oferecer cursos de capacitação para peixeiros em todo o Brasil. Essa infraestrutura vai permitir que os pescadores, tanto artesanais quanto da pesca oceânica, tenham local apropriado para desembarcar o pescado. Esse desembarque poderá ser feito com todas as condições necessárias de higiene no manuseio e conservação do produto, além de proporcionar melhor estrutura para a comercialização.

Muito obrigado.



O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, goianos, fomos presenteados com a ilustre visita do Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, para vistoriar a maior obra de duplicação de uma rodovia: são 292 quilômetros da BR-060, entre a Capital, Goiânia, e o Município de Jataí, ocorrida na última sexta-feira, dia 16.

O Ministro ficou entusiasmado com o andamento das obras e garantiu que não faltarão recursos para a finalização. Esta é considerada a maior obra de duplicação do País, inclusa no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. A comitiva, composta por Deputados Federais, acompanhou todo o trajeto do Ministro. Visitamos, também, o trecho em obras em Rio Verde. No total, são nove frentes de trabalho ao longo de toda a via.

Mil trabalhadores diretos e outros mil indiretos trabalham dia e noite na execução. A duplicação da BR-060 trará, certamente, ainda mais desenvolvimento econômico para nosso querido Estado de Goiás. É por essa rodovia que mais da metade da produção agrícola do Estado chega aos portos do País. Um grande fluxo de caminhões e carretas transita por essa rodovia.

Trabalhamos para proporcionar mais segurança aos usuários domésticos, pois essa região tem grandes Municípios como Jataí e Rio Verde. É a principal ligação entre o sudeste goiano e a capital.

O Ministro anunciou que vai enviar nos próximos dias o montante de R\$187 milhões para continuação da obra. Até o final deste ano teremos cerca de 80 quilômetros prontos, duplicados, o que representa quase 30% da obra. Acreditamos que, nesse ritmo, o cronograma das obras seja cumprido e que todo o trecho entre Goiânia e Jataí seja entregue até final de 2013.



Essa é uma conquista de todos nós. A bancada de infraestrutura de Goiás tem trabalhado muito por isso. Trabalho em conjunto com os Deputados Leandro Vilela, Jovair Arantes, Pedro Chaves e Rubens Otoni em prol de Goiás.

A BR-070 era conhecida como a rodovia da morte por quem transitava no trecho de Águas Lindas de Goiás. Os jornais sempre noticiavam mortes ou acidentes com vítimas fatais. Agora estamos prestes a entregar a rodovia duplicada e bem sinalizada.

Em julho deste ano encaminhamos solicitação ao DNIT/GO para que providencie a iluminação da BR no trecho de 19 quilômetros de Águas Lindas de Goiás. Tal solicitação se faz necessária tendo em vista o grande aglomerado urbano que se criou às margens da rodovia, trazendo a ela um grande fluxo de pedestres, veículos e inúmeros casos de acidentes. Ressalto ainda que essa iluminação proporcionará mais segurança aos pedestres e aos motoristas, evitando novos acidentes no referido trecho.

Sr. Presidente, essa parceria entre nós, Deputados Federais e o DNIT de Goiás, está mudando as vias do nosso Estado. Temos mais de R\$4 bilhões sendo investidos. São obras que estão mudando diretamente a vida do nosso povo. Estamos nos esforçando, mas ainda temos que nos preocupar com muitas obras, como exemplo a construção do viaduto do Distrito Agro Industrial de Anápolis — DAIA, obra de extrema urgência.

Tenho a grande certeza que continuaremos trabalhando com união, fazendo mais por Goiás e pelo povo goiano.

Agradeço a oportunidade Sr. Presidente. Peço, gentilmente, que essas palavras sejam divulgadas nos órgão de comunicação da Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao tomar conhecimento do desempenho da rede pública de ensino no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2010, fiquei ainda mais preocupado com o futuro dos nossos jovens que confiam ao Estado a condução de suas vidas acadêmicas.

Entre as cem melhores colocadas no exame, apenas 13 são escolas públicas. Quatro delas são colégios militares. A participação entre as melhores baixou de 8,4% do total, em 2009, para 7,9%, no ano de 2010.

Sr. Presidente, isso é muito preocupante, para um País que espera na educação o seu fortalecimento como protagonista no cenário mundial.

O resultado do ENEM mostra as diferenças gigantescas entre o aluno da rede privada e o da pública. É evidente que não há chances de competitividade, e as vagas no ensino superior acabam sendo preenchidas pelos alunos que puderam pagar uma base de qualidade.

Por muitas vezes, o aluno da rede pública, além da concorrência injusta, ainda tem que dividir os estudos com o trabalho, e em algumas situações até na lavoura, como é o caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Roberto Christo, no Espírito Santo, que obteve o pior desempenho no exame naquele Estado.

As greves sequenciais, a falta de aparelhamento e de estrutura são outros entraves que acabam atrapalhando e desestimulando professores e alunos em todo o País.

Em reportagem exibida nesta terça-feira, 20 de setembro, no *Jornal Hoje*, da Rede Globo, vimos exemplos dessa falta de atenção com a educação de nossos



jovens: salas caindo aos pedaços e com infiltração; alunos assistindo à aula de fora da sala, por não aguentarem o calor; outros tomando choque elétrico ao tocarem o quadro negro; instalações elétricas abertas e desencapadas, um absurdo que põe em risco a vida de centenas de estudantes. Pois esses problemas estão em todo o Brasil.

O resultado desse ciclo pode ser visto no resultado do ENEM. Vejam que a sequência, desde a educação básica, é de obstáculos tanto físicos como de conteúdo. Mesmo com esses obstáculos, muitos estudantes da rede pública mostram heroísmo e, diante das dificuldades e da falta de atenção por parte do Estado, chegaram ao ensino superior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é chegada a hora de uma ação conjunta das autoridades deste País, em nome da educação. É por meio dela que chegaremos a um patamar de justiça social, desenvolvimento e distribuição de renda. Precisamos cuidar mais de nossos jovens, afinal são eles que irão conduzir os destinos de nosso País nos próximos anos. E a qualidade dessa condução depende da formação que eles vão ter agora.

É preciso investir mais, tratar a educação como prioridade. Essa é uma responsabilidade da qual os Governos Federal, Estaduais e Municipais não se devem desviar.

A educação não deve ser privilégio só de quem pode pagar. Ela é um bem comum, e o Estado deve garantir esse direito a todas as camadas sociais, de forma igualitária e com qualidade.

O resultado do ENEM mostra justamente um panorama diferente, um panorama de exclusão.



Imaginem, Sras. e Srs. Deputados, o potencial que nosso País tem em suas mãos, caso os jovens que estão se perdendo nas drogas, na marginalidade, estivessem em uma escola de qualidade e voltassem suas forças a aprender e utilizar esse conhecimento em favor da pátria.

Nosso País está crescendo. Precisamos de cientistas, pesquisadores, engenheiros, médicos, professores, pessoas que pensem um novo Brasil, baseado no progresso, no desenvolvimento e oportunidade para todos. Isso só será possível, Sr. Presidente, volto a dizer, por meio da educação.

Nós, como representantes do povo, temos o dever de fiscalizar e apontar os erros, para que, de forma harmoniosa, esses deslizes possam ser sanados em tempo hábil. O Brasil tem pressa.

Era o que eu tinha a dizer.

Que Deus abençoe o Brasil.



O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje comemora-se o Dia do Radialista, uma profissão que guarda importância singular para nossa sociedade. Os locutores, comentaristas, repórteres, todos esses profissionais que vocês ouvem desempenham papel de extrema importância na radiodifusão brasileira.

Esses profissionais levam a informação às comunidades mais longínquas do nosso País. A radiodifusão faz parte da história da democracia do Brasil. Em todos os momentos importantes da nossa história política, lá estavam os radialistas levando a informação aos brasileiros, inclusive para aqueles cidadãos que não teriam acesso por outro meio.

Uma categoria que, em muitas regiões, enfrenta várias dificuldades, que vão desde baixos salários até a falta de condições adequadas para o desempenho de suas atividades. Mas, mesmo diante de todas as adversidades, os radialistas seguem firmes, trabalhando com seriedade e, acima de tudo, comprometidos com a difusão da informação. São profissionais que sabem o papel social que a radiodifusão tem para o desenvolvimento da democracia.

Mesmo com os grandes avanços tecnológicos na área de comunicação, registrados nos últimos anos, ainda hoje os radialistas ocupam um lugar de destaque na veiculação da informação em nosso País. Essa categoria, sem dúvida, presta um grande serviço à Nação brasileira. Por isso merece o nosso reconhecimento. Parabéns a todos os radialistas brasileiros.

Era o que tinha a dizer.



A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (Bloco/PTdoB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para transcrever discurso que proferi hoje na abertura da Exposição Itinerante *Memorial da Inclusão — Os Caminhos da Pessoa com Deficiência*, em comemoração ao Dia Nacional de Luta das Pessoas Portadoras de Deficiência — 21 de setembro:

“Companheiros do Movimento de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência, demais pessoas aqui presentes.

É com satisfação que promovo a abertura desta Exposição Itinerante do Memorial da Inclusão — Os Caminhos da Pessoa com Deficiência, que integra a programação deste ano de 2011, da Câmara dos Deputados, em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência — 21 de setembro.

Instituído pela Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005, este dia tem especial significado para as pessoas com deficiência e suas entidades representativas.

Cada um de nós, pessoas com deficiência, e nossos familiares, estamos de parabéns pelas nossas conquistas, todas reconhecidas no simbolismo desta data comemorativa e desta exposição histórica.

De certo que ainda falta muito a alcançar. Mas sabemos que já temos muito a comemorar, sim.

Esta exposição é bastante oportuna, pois simboliza



a luta política das pessoas com deficiência. As histórias, as sagas, as frustrações, as conquistas que pontuaram a nossa trajetória estão aqui retratadas. São fatos muitíssimo importantes, pois dão conhecimento de nossa história de luta por autonomia e respeito às nossas diferenças.

A participação pública e política da pessoa com deficiência é tão importante que hoje ela se encontra consolidada na própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em ser art. 29.

Venho garantindo espaço e sempre escutando a sociedade civil em meu mandato, em respeito a este artigo da Convenção. Isso traz a segurança de que estou me conduzindo de forma legítima, o que dignifica o meu mandato. Afinal, estou aqui por vontade da sociedade e preciso fazer jus a este voto de confiança.

Quem imaginaria uma pessoa com deficiência no Parlamento brasileiro?

Mesmo com preconceitos e discriminações, chegamos ao Poder Legislativo do País, e isso é muito importante e simbólico.

Hoje, temos três Deputados cadeirantes. Todos nós mostrando que somos capazes e aptos para a missão para a qual fomos aclamados, independente de nossas



limitações.

Estamos há 30 anos do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, proclamado pela ONU, e da Década da Pessoa com Deficiência, que foi a década de 1980.

Estamos há 20 anos da Lei de Cotas, de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Datas significativas e carregadas de histórias de luta, aqui retratadas.

Os ativistas que me antecederam, construíram esta trajetória também, contribuindo para chegarmos até aqui.

Não estamos aqui à toa; e sim como resultado de um esforço conjunto de luta dos movimentos sociais.

Gostaria que nos fosse possível parabenizar cada um dos ativistas do Movimento de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência. Muitos, inclusive, já faleceram.

Restou a nós homenagear e parabenizar as entidades representativas, muitas das quais criadas a partir de suas lutas, o que fizemos na segunda-feira, 19, na sessão solene que também integrou os eventos comemorativos da data, aqui na Câmara.

Peço licença para mencionar datas e entes muitos significativos para mim:

1) a Associação de Deficientes Físicos de Alagoas



(Adefal), aqui representada por Luiz Carlos Santana, entidade que considero minha segunda família, nascida dos movimentos sociais e promotora dos direitos das pessoas com deficiência, que no mês passado completou 30 anos, a qual eu presto uma singela homenagem, neste ato, pelos serviços prestados à comunidade alagoana em geral, e em especial às pessoas com deficiência de todo o estado;

2) o falecido Deputado Federal Gerônimo Ciqueira, o Gerônimo da Adefal, ativista, legítimo representante dos movimentos sociais e fundador da Adefal, falecido apenas um mês após assumir o seu mandato nesta Casa, na 53ª Legislatura, e que deixou registrada sua marca na história política das pessoas com deficiência.

(REALIZAR A HOMENAGEM)

Quero comunicar que, hoje, nós, Deputados da Frente Parlamentar, iniciamos este dia de luta travando uma. Protocolizarmos requerimento dirigido ao Presidente desta Casa, solicitando que nos receba para tratarmos dos seguintes temas:

1) a plena realização da acessibilidade da Câmara dos Deputados;

2) o apoio ao Projeto de Lei que cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com



Deficiência, de iniciativa de nós três, Deputados cadeirantes;

3) a necessidade de um posicionamento definitivo sobre o PL do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que hoje se encontra com o texto defasado, com relação à Convenção, não podendo ir para a Ordem do Dia sem que sejam feitas profundas modificações em seu texto.

Ainda com relação a esta questão, nos encontramos numa situação delicada, porque este PL hoje tranca a pauta da pessoa com deficiência. Já foram apensados a ele quase 300 projetos de lei, o que nos causa um prejuízo considerável, pois nada nesta Casa que seja de interesse direto das pessoas com deficiência é votado.

A Frente PCD está atenta e diligente a esses fatos, e manterá a sociedade civil informada dos acontecimentos desta Casa.

De minha iniciativa, protocolizei mais dois requerimentos perante a Presidência desta Casa: o primeiro solicitando que seja convocado o Presidente do IBGE, para que oficialmente apresente uma previsão de apresentação dos dados do Censo de 2010, no que se refere a situação das pessoas com deficiência no Brasil, pois estas informações até agora não foram divulgadas; o



segundo requerendo que as Constituições Federais publicadas na gráfica desta Casa, a partir desta data, tenham como anexo o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, já que ela tem o mesmo valor das emendas constitucionais e exigem o mesmo tratamento.

Evidencio que dia 26 de setembro é o Dia Nacional do Surdo. A comunidade surda vem surpreendendo a todos, reivindicando seu direito à educação bilíngue, e de qualidade, neste processo de transição para a educação inclusiva, no qual nos encontramos. Neste mês de setembro, que eles batizaram de Setembro Azul, os surdos do Brasil inteiro estão se mobilizando, por meio de marchas, seminários e congressos, em que o tema Educação Bilíngue se encontra em pauta.

Por fim, quero apresentar alguns agradecimentos:

- ao pessoal do meu gabinete, que se empenhou para a realização deste evento;

- ao setor de Relações Públicas desta Casa, o que faço na pessoa de seu chefe, Flávio Elias. Vocês abraçaram a ideia da realização desta exposição e deste evento, como já abraçaram tantas outras iniciativas da Frente PCD;

- ao pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos



da Pessoa com Deficiência de São Paulo, que disponibilizou o acervo do Memorial da Inclusão, o que faço em nome da ativista Elza Ambrózio e da Dra. Linamara Rizzo Batistella, responsáveis pela disponibilização do material aqui exposto;

- e a todos vocês aqui presentes, sem os quais todo este esforço não faria sentido.

Obrigada por nos prestigiar.”



O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Subcomissão Especial de Saúde Suplementar, criada pela Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa volta a se reunir nesta semana para retomar a discussão sobre o novo marco regulatório do setor.

O Relator, Deputado Luiz Henrique Mandetta, deve apresentar seu parecer, que servirá de base para a nova legislação sobre os planos de saúde no País.

Como Presidente da Subcomissão, nossa intenção é aprovar o texto final na Comissão de Seguridade Social e Família, até o final do ano, deixando a nova legislação pronta para ser votada pelo plenário desta Casa já no início de 2012.

Temos presidido os trabalhos com foco em atingir o objetivo de estabelecer, através de um debate transparente e aberto a toda a sociedade, uma legislação que proteja os direitos dos usuários, garantindo a eles um bom atendimento, ao mesmo tempo, uma justa remuneração aos prestadores de serviço — médicos, clínicas e hospitais.

Além disso, também com a consciência de que é preciso levar esse debate à frente de forma responsável, de maneira a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do sistema.

Afinal, não interessa nem aos usuários, nem aos prestadores de serviço, e nem mesmo à política de saúde do País inviabilizar financeiramente as operadoras.

Para atingir esses objetivos e estabelecer um debate franco, amplo que tenha como resultado final a defesa do interesse público, a Subcomissão está ouvindo todos os setores envolvidos, através de uma consulta a mais de 150 entidades, incluindo os PROCONs, PROTESTE (associação dos consumidores), Confederação



das Santas Casas de Misericórdia, hospitais e entidades filantrópicas, Agência Nacional de Saúde, operadoras e prestadoras de serviços, associações médicas e sindicatos, Conselhos Nacionais e Regionais de Medicina, entre outros.

O Brasil tem hoje 60 milhões de pessoas usuários de planos de saúde. Com a elevação do nível de renda, cada vez mais pessoas vão recorrer a esses planos.

Precisamos de uma legislação clara que tenha os instrumentos necessários para garantir que o usuário seja bem atendido e que os planos cumpram o seu papel.

A lei atual que regula os planos de saúde foi criada em 1998. Depois disso, foram editadas 44 medidas provisórias tratando do setor.

E a Agência Nacional de Saúde, criada 2 anos depois, editou nesse período mais de 2 mil resoluções e normas. Além disso, existem 39 projetos tratando do assunto em tramitação no Congresso Nacional.

Há um excesso e uma sobreposição de leis. Falta coerência e interação entre os elementos do sistema — usuários, prestadores de serviço e operadoras.

O papel da Comissão é justamente apresentar dois projetos, um para regular os planos de saúde e outro para definir o papel da ANS, projetos que promovam uma uniformização dessas normas.

A falta de coerência da legislação acaba provocando e agravando as discussões na Justiça sobre as coberturas dos planos e direitos dos usuários.

O juiz recebe uma reclamação e não tem uma legislação clara que ampare as decisões sobre se o contrato prevê ou não o atendimento para aquele tipo de doença; se o remédio, em função de ser recente, está enquadrado ou não. se um exame, por ser uma tecnologia nova, deve ser coberto; se a operadora pode entrar



no mérito da prescrição que o médico fez.

É com esse tipo de situação que queremos acabar com a revisão da lei.

A regulamentação da saúde complementar faz parte de um processo maior de construção de novas bases para a política de saúde como um todo em nosso País.

O crescimento econômico experimentado pelo Brasil traz consigo novas demandas e um novo patamar de exigência da população. E precisamos estar preparados para enfrentar esses desafios.

Nesse sentido, queremos reafirmar aqui nossa defesa da regulamentação da Emenda 29, que fixa os percentuais mínimos a serem investidos em saúde pela União, Estados e Municípios.

Esta Casa vive uma oportunidade histórica de dar um passo decisivo na consolidação do Sistema Único de Saúde, e da efetivação do mandato constitucional segundo o qual a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

Mas é preciso ter em mente também que outras situações ainda mais urgentes exigem nossa atenção imediata.

Afinal, a aprovação da Emenda 29, mesmo que concluída ainda este ano, só surtirá efeitos práticos no sentido de aumento de recursos para o setor, na melhor das hipóteses, em 2012.

E não podemos esperar até lá para resolver questões emergenciais, como a crise que se abate sobre os hospitais filantrópicos que atendem aos pacientes do SUS, duramente castigados hoje pelo endividamento, os altos juros e a escassez de crédito.

Nesse sentido, estamos trabalhando junto à Comissão de Seguridade Social



e Família para que os dirigentes do BNDES e da Caixa Econômica Federal compareçam em audiência pública à esta Casa para explicar porque as linhas de crédito especiais para o setor não estão operando.

A dívida acumulada pelos hospitais e entidades filantrópicas que atendem ao SUS, que há pouco era de R\$5 bilhões, hoje já está em R\$7 bilhões e cresce a cada dia.

E essa situação implica riscos de atraso de pagamento de fornecedores, funcionários, 13º salário, entre outros problemas, que agravariam ainda mais a já caótica situação da saúde pública no País.

Felizmente esta Casa tem dado demonstrações de grande sensibilidade para as demandas envolvendo a saúde pública, e temos convicção de que ela saberá dar a resposta, no tempo hábil necessário, para garantir o acesso dos brasileiros a um atendimento digno e de qualidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Encerro a sessão, antes convocando para amanhã, quinta-feira, dia 22 de setembro, às 9 horas, sessão extraordinária e, às 14 horas, sessão ordinária com as seguintes

ORDENS DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 255.1.54.O
Data: 21/9/2011

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 1 minuto.)